

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 36ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**
- 7 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/5/2021

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.636, 2.655, 2.658 e 2.660/2021; Requerimentos nºs 7.870, 7.872, 7.873, 7.890 a 7.912, 7.916, 7.918 a 7.920, 7.925, 7.930, 7.932 e 7.934 a 7.954/2021 – Comunicações: Comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho – Comunicações Não Recebidas: Comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Cristiano Silveira, da deputada Leninha, dos deputados Professor Cleiton e Virgílio Guimarães e da deputada Andréia de Jesus; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Homenagem Póstuma – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Questão de Ordem – Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 338 e 1.317/2019; aprovação – Requerimento nº 1.346/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 1.369/2019; aprovação com a Emenda nº 1 – Requerimento nº 2.034/2019; aprovação – Requerimento nº 2.387/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 3.709 e 4.199/2019; aprovação – Requerimento nº 5.382/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 6.569/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 6.964/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 7.393/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 7.416/2021; aprovação – Requerimento nº 7.576/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique –

Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Tiago Bazolli de Moraes e outros, vereadores da Câmara Municipal de Ouro Fino, manifestando seu apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.311/2020. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Tiago Corrêa de Oliveira, coordenador-geral de Gestão de Transferências Voluntárias do Ministério da Cidadania, informando a celebração do Convênio nº 904614, entre esse ministério e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Diretoria de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, encaminhando parecer elaborado pela consultoria desse empresa manifestando sua posição contrária à aprovação do Projeto de Lei nº 810/2019. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ivan José Santana Figueira, superintendente regional de Saúde de Teófilo Otôni, da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhando a relação dos servidores dessa unidade regional de saúde que foram imunizados contra a covid-19. (– À CPI dos Fura-Filas da Vacinação.)

Da Sra. Juliana Mendonça Guerra, superintendente adjunta da Unidade Regional de Saúde de Uberlândia, da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 8.500/2021, do deputado João Vítor Xavier. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.448/2021, do deputado Professor Cleiton. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 346/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.340/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 833/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Leonardo Bezerra Silva Almeida, coordenador-geral de Assuntos Federativos do Ministério do Desenvolvimento Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.454/2020, do deputado Gil Pereira. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.473/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.476/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.654/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.579/2021, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.140/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.056/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.499/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.513/2021, do deputado Bartô. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.580/2021, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.035/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.271/2021, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.302/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Antônio Leite dos Santos Filho, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.234/2021, do deputado Tito Torres. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Aida Iris de Oliveira, chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.595/2021, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Cláudia Ferreira Pacheco Freitas, secretária-geral do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.619/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Maria Alice Nascimento Souza, chefe da Assessoria de Relações Parlamentares da Agência Nacional de Transportes Terrestres, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 7.289 a 7.298/2021, do deputado Gil Pereira. (– Anexe-se aos referidos requerimentos.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.187/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.380/2021, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.381/2021, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.422/2021, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Renata Ferreira Leles Dias, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.639/2021, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.642/2021, do deputado Gustavo Mitre. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.643/2021, do deputado Gustavo Mitre. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.652/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.661/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.636/2021

Acrescenta a alínea “a” ao inciso I do parágrafo único do art. 10 e a alínea “a” ao inciso I do art. 13, ambos da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso I do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “a”:

“Art. 10 – (...).

Parágrafo único – (...)

I – (...).

a) O desconto a que se refere o *caput* terá seu prazo interrompido enquanto perdurar o estado de calamidade pública no Estado.”.

Art. 2º – O inciso I do art. 13 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido da alínea “a”:

“Art. 13 – (...).

I – (...).

a) O prazo a que se refere o *caput* será interrompido enquanto perdurar o estado de calamidade pública no Estado.”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2021.

Zé Reis (Pode)

Justificação: O inciso I do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD – Lei do ITCD – trata, obviamente, de incentivo legal ao recolhimento célere do ITCD, em caso de transmissão da propriedade de bem ou direito, por ocorrência do óbito, por meio de possibilidade de substancial desconto, de até 20% de seu valor, de acordo com o regulamento, desde que o recolhimento se faça no interregno de 90 dias a contar da abertura da sucessão, não obstante o prazo legal de 180 dias após a abertura da sucessão para o dito pagamento, previsto na mesma Lei do ITCD (art. 13, I e § 5º).

O Decreto nº 43.981, de 3 de março de 2005, que regulamenta o ITCD, prevê o prazo de 180 dias para o seu recolhimento (art. 26, I) e concede efetivamente o desconto de 15% no ITCD, se recolhido no prazo de 90 dias contados da abertura da sucessão (art. 23, *caput*).

Com o advento da pandemia da covid-19 em meados de março de 2020, e subsequentes Decretos nºs 47.891, de 20/3/2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente coronavírus – covid-19; 48.040, de 17/9/2020, que mantém, até 31 de dezembro de 2020, o reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, em todo o território do Estado; e 48.108, de 29/12/2020, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20/3/2020, no âmbito de todo o território do Estado, além de uma gama de legislação subjacente à matéria, normatizando desde medidas sanitárias ao direito de ir e vir, impõe-se o reconhecimento de que órgãos públicos e atividades privadas passaram a funcionar de maneira alterada, restrita, suspensa ou descontinuada, com eventual fechamento definitivo de empresas e indústrias de pequeno e grande portes, dispensas generalizadas e mitigação ou cessação do trabalho artesanal e artístico, a acarretar o desequilíbrio das finanças e perda patrimonial de substancial parcela da população.

Importante registrar a dificuldade de acesso do contribuinte ao serviço dos cartórios extrajudiciais, bem como a outros órgãos do Estado imprescindíveis ao levantamento de dados para a apuração do ITCD, que estão com funcionamento precário, o que, por muitas vezes, impossibilita o correto recolhimento do imposto.

Além disso, pessoas passaram a cumprir isolamento e distanciamento social, ou ficaram doentes e foram hospitalizadas – mais de 370 mil vindo a óbito, em números de abril de 2021 – gerando despesas e gastos inusitados com saúde e conseqüências com os quais sequer poderiam arcar, sem prejuízo do sustento básico. Tudo isso dificultando sobremaneira a obtenção de documentação e cumprimento das despesas e rotinas legais, para não só alcançar a benesse do desconto do ITCD do inciso I do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 14.941, mas também simplesmente recolher o tributo tempestivamente, nos termos do art. 13, I, da mesma lei.

Assim é que, na constância das realidades e imprevisibilidades da pandemia da covid-19 e suas notórias repercussões desastrosas, tanto a vantagem do referido inciso I do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 14.941 tornou-se basicamente impraticável, quanto o próprio art. 13, I, ficou inviável para a maioria da população, que se verá penalizada com os juros e multas legais diante do descumprimento involuntário do comando legal do prazo fatal de 180 dias após o óbito para a recolhida do imposto.

Donde a interrupção dos prazos para o recolhimento do ITCD enquanto durar o estado de calamidade pública no Estado de Minas Gerais é o mecanismo legal que se propõe para fazer restaurar a *mens legis* original da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Betão. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.602/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.655/2021

Dispõe sobre a criação da gratificação de incentivo de permanência Covid-19 aos profissionais da saúde envolvidos, direta ou indiretamente, no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criada a gratificação de incentivo de permanência Covid-19, destinada aos profissionais da saúde envolvidos no enfrentamento direto ou indireto à pandemia Covid-19.

§ 1º – A gratificação a que se refere o caput será devida ao profissional que em decorrência do aumento do número de leitos extrapolar o dimensionamento previsto pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG – e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais – CRMMG – no valor de até 40% (quarenta por cento) da remuneração.

§ 2º – Terá fixação da insalubridade no grau máximo de 40% (quarenta por cento) o profissional da saúde envolvido no enfrentamento direto a Covid-19.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Celinho Sintrocel (PCdoB) – Andréia de Jesus (Psol).

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Duarte Bechir. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.824/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.658/2021

Dispõe sobre a ampliação das margens consignáveis dos servidores junto às instituições financeiras em mais 10% (dez por cento) exclusivos para cartões benefício com saques emergenciais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar as margens consignáveis dos servidores públicos civis, ativos ou inativos, junto às instituições financeiras, ampliando a sua linha de crédito em mais 10% (dez por cento) com destinação exclusiva a cartões benefícios com saque emergencial, observando-se o limite de 70% (setenta por cento) de comprometimento dos seus rendimentos mensais.

Art. 2º – Para efeito desta Lei, 10% (dez por cento) serão destinados exclusivamente para o uso do cartão benefício consignado, consistindo em quantias devidas em razão das operações para financiamento da contratação de bens e serviços, inclusive creditícios, financeiros e saque emergencial, através do cartão benefício, parcelados em até 60 meses.

Parágrafo único – O cartão benefício será utilizado para facilitar e fomentar a aquisição de bens e serviços no comércio para servidores públicos.

Art. 3º – O Poder Executivo fica autorizado a baixar atos necessários para a efetivação desta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

Justificação: A proposição ora apresentada tem por finalidade permitir aos servidores públicos civis, ativos e inativos, a ampliação de sua margens de empréstimos consignáveis através de mecanismos facilitadores. A utilização dos recursos se dará exclusivamente para aquisição de bens e serviços, aquecendo de maneira geral a nossa economia.

Há de ressaltar que o poder de compra por parte dos servidores será ampliado, suas aquisições poderão ser divididas em até 12 vezes sem juros, com a possibilidade adicionais de saques emergenciais com juros bem menores do que os já oferecidos pela rede bancária. Não há incidência de juros sobre juros nessa modalidade de cartão benefício.

Neste período de pandemia a grande busca por crédito consignado a juros baixo, mas poucas são as oportunidades oferecidas pelo mercado. Neste contexto, apresentamos este projeto de lei para análise e aprovação de nossos pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.660/2021

Dá denominação à Escola Estadual localizada na Rua Santos Dumont, nº 492, bairro Marina Martins, no município de Nova Serrana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Conceição Rosa do Amaral a Escola Estadual localizada na Rua Santos Dumont, nº 492, bairro Marina Martins, no município de Nova Serrana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de maio de 2021.

Fábio Avelar de Oliveira, vice-presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e vice-líder do Bloco – Luiz Humberto Carneiro (Avante).

Justificação: O presente projeto de lei pretende dar a denominação de Escola Estadual Conceição Rosa do Amaral, a Escola Estadual situada no município de Nova Serrana.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.870/2021, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas nas Atas de Registro de Preço, Pregão Eletrônico 500-H14806, nº ARP 4600000139/4600000140, e em cópia do contrato pactuado com o Serviço Social da Indústria – Sesi –, esclarecendo-se quantas pessoas integram a Diretoria da Cemig, instalada no Edifício Júlio Soares, em Belo Horizonte; o valor, já pago, referente à contratação do Sesi para fornecimento de almoço para a diretoria da Cemig no referido edifício; o número de pessoas da diretoria que usufruíram efetivamente do almoço fornecido pelo Sesi, conforme a contratação originária do edital; quantas pessoas, entre as que compõem a diretoria da Cemig e que irão usufruir do almoço fornecido pelo Sesi, moram em São Paulo (SP) e quantas delas estão trabalhando de forma remota, sem ter de comparecer à unidade física da Cemig. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.872/2021, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para atendimento das famílias que vivem na comunidade quilombola de Cachoeira do Forro, localizada no Município de Passa Tempo, que há anos pleiteiam a instalação de energia elétrica nesse local.

Nº 7.873/2021, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - pedido de providências para fiscalizar as torres de telefonia instaladas no Estado, para verificar a falta de luz sinalizadora. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.890/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia de Manhuaçu pelo desenvolvimento do projeto Frida, que visa oferecer às vítimas de violência doméstica a oportunidade de receber um atendimento virtual, incentivando-as a denunciar os agressores.

Nº 7.891/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, em caráter de urgência, seja a Delegacia da Mulher do Município de Pouso Alegre adequada às exigências legais e às normas técnicas de padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMS –, tendo em vista a necessidade de que as políticas públicas para mulheres sejam efetivamente implementadas no município e ofereçam às mulheres em situação de violência a estrutura e o conforto necessário, em um ambiente acolhedor que não afaste as vítimas que necessitem fazer as denúncias.

Nº 7.892/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para realização e ampla divulgação de ações, políticas públicas e campanhas destinadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar e do feminicídio, considerando-se a maior incidência desses crimes na situação de isolamento social decorrente da pandemia de covid-19.

Nº 7.893/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para a criação de defensorias públicas ou defensorias especializadas na defesa dos direitos da mulher em situação de violência em mais municípios do Estado, de forma a ampliar o acesso aos seus serviços.

Nº 7.894/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A – BHTrans – pedido de providências para o aumento do número e da frequência dos veículos que realizam o transporte coletivo em Belo Horizonte, tendo em vista o grande número de usuários e o impacto da lotação dos veículos na transmissibilidade do coronavírus, causador da covid-19, e a gravidade desse fato no atual cenário. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.895/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à abertura da Maternidade Leonina Leonor, para que seja posta em pleno funcionamento, conforme seu projeto e propostas iniciais, recursos já investidos e estrutura já implementada.

Nº 7.896/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel – pedido de providências para atuem junto às prefeituras dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – em parceria, de modo a promover o aumento do número e da frequência dos veículos que realizam o transporte coletivo na RMBH, tendo em vista o grande número de usuários dos coletivos, o impacto de sua lotação na transmissibilidade de covid-19 e a gravidade desse fato no atual cenário. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.897/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP – pedido de providências para a implementação do Protocolo Nacional de Investigação sobre Feminicídio e sua ampla divulgação.

Nº 7.898/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para o aumento do número e da frequência dos veículos que realizam o transporte coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista o grande número de usuários, o impacto de sua lotação na transmissibilidade do coronavírus, causador da covid-19, e a gravidade desse fato no atual cenário. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.899/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa -MG – e à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para o incremento, no âmbito de suas respectivas competências e em atuação conjunta com a União e as administrações municipais mineiras, de ações, investimentos e políticas públicas destinadas à ampliação e universalização dos serviços essenciais de saneamento básico (coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede global e esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial). (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.900/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que o retorno às aulas presenciais seja decidido observando-se os critérios científicos, de forma a possibilitar a segurança tanto dos alunos quanto dos profissionais da educação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 7.901/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a priorização das políticas e ações destinadas à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, incluindo amplo acesso a métodos contraceptivos e a tratamentos e exames ginecológicos preventivos e a defesa do parto humanizado, bem como campanhas sobre esses temas e sua relação com a autonomia e os direitos das mulheres.

Nº 7.902/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de ações e políticas públicas destinadas especificamente ao enfrentamento dos transtornos psicoemocionais das mulheres em decorrência da pandemia, bem como do uso abusivo de álcool e outras drogas entre mulheres durante a pandemia de covid-19.

Nº 7.903/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas a intervenções específicas com o propósito de garantir o direito humano à alimentação adequada enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, em especial para as famílias de baixa renda e monoparentais.

Nº 7.904/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de ações, iniciativas, parcerias e políticas públicas, em conjunto com outras secretarias, destinadas à população transexual. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 7.905/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à garantia de acesso efetivo ao sistema de ensino remoto para os alunos da rede pública estadual, considerando-se, entre outros aspectos, a falta de ferramentas tecnológicas e internet e a realidade social, parental e educacional de muitos núcleos familiares, em especial nas periferias urbanas e na área rural. (– À Comissão de Educação.)

Nº 7.906/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a realização e ampla divulgação de campanha destinada à conscientização da população quanto à gravidade da pandemia de covid-19, incluindo o número de pessoas mortas no País e no Estado, sequelas decorrentes da doença, reforço sobre as medidas de prevenção (em especial, uso de máscaras, higienização das mãos com sabão ou álcool em gel e distanciamento social) e orientações básicas sobre situações específicas (a exemplo do uso de transporte coletivo e restrição de acesso a serviços essenciais de saneamento básico). (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.907/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o incremento das ações de capacitação de mulheres, especialmente as de baixa renda, visando aumentar suas chances de empregabilidade e acesso ao trabalho formal, bem como potencializar as atividades de produção e serviços nos meios rural e urbano e qualificar o empreendedorismo e a gestão de negócios, considerando-se a organização e as demandas dos respectivos territórios, com foco na geração de renda e na autonomia financeira.

Nº 7.908/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a intensificação das ações, iniciativas, parcerias e políticas públicas destinadas à melhoria da condição das mulheres trabalhadoras da educação.

Nº 7.909/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a realização e ampla divulgação de ações e campanhas destinadas à devida valorização do trabalho doméstico e à necessidade de que ele seja compartilhado por toda a família, em vez de ser realizado majoritariamente pela mulher, com destaque ainda maior para essa questão no contexto de isolamento social decorrente da pandemia de covid-19.

Nº 7.910/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a inclusão da categoria dos professores como grupo prioritário no calendário de vacinação. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.911/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a intensificação das ações, iniciativas, parcerias e políticas públicas destinadas à melhoria da condição das mulheres trabalhadoras da saúde.

Nº 7.912/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre quais ações, programas ou projetos existentes em Minas Gerais têm por foco a promoção de trabalho, emprego e renda de mulheres, esclarecendo-se as respectivas previsão e execução orçamentárias. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.916/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que sejam implementadas ou fortalecidas as políticas regionais específicas para mulheres no Norte de Minas. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 7.918/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre os padrões técnicos utilizados para a aquisição de insumos dos hospitais da rede Fhemig, tendo em vista as denúncias colhidas durante a visita técnica da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, realizada em 5/3/2020, ao Hospital João XXIII, segundo as quais o material adquirido é de baixíssima qualidade, o que gera desperdício, na medida em que é necessário utilizar uma quantidade maior de material para cada procedimento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.919/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que inspecione o Hospital João XXIII, especialmente seu subsolo, tendo em vista o risco de incêndio representado pela precariedade na rede elétrica e goteiras permanentes em alguns pontos do hospital, identificadas durante a visita técnica da comissão realizada em 5/3/2020, conforme relatório que encaminha.

Nº 7.920/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à diretora do Hospital João XXIII pedido de informações para que apresente o plano de segurança em vigor contra incêndios, bem como o projeto de instalação de sistema de segurança do hospital submetido ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e informações acerca do estágio de tramitação

em que se encontra, tendo em vista a precariedade na rede elétrica e goteiras permanentes em alguns pontos do hospital, identificadas durante a visita técnica da comissão realizada em 5/3/2020, conforme relatório que encaminha. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.925/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que atue com vistas à retomada dos convênios para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais gratuitas a detentas e detentos em cumprimento de pena no regime semiaberto no Estado, considerando tratar-se de medida imprescindível à ressocialização.

Nº 7.930/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Delegacia Especializada em Investigação de Crime Cibernético da Polícia Civil de Minas Gerais e à Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos – Coeciber – do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências com vistas à investigação dos ataques sofridos, por meio de *fakenews*, pelos cidadãos do Município de Divinópolis Sra. Lohanna França, vereadora, Sr. Warlon Carlos Elias, presidente do Conselho Municipal de Saúde, e Laiz Soares, ex-candidata à prefeitura desse município.

Nº 7.932/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para adotar as medidas legislativas necessárias para incluir os profissionais de limpeza e manutenção de serviços urbanos no grupo prioritário do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

Nº 7.934/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a inclusão dos funcionários do Sistema Único de Assistência Social – Suas – como prioritários para receberem a vacina da covid-19 e que esse tema seja levado à Comissão Intergestores Bipartite – CIB – para que o órgão possa decidir com urgência sobre essa situação, uma vez que os profissionais citados fazem parte da área da saúde e, de alguma forma, também pertencem à linha de frente no combate à covid-19.

Nº 7.935/2021, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a evolução da covid-19 em Coronel Fabriciano e nas demais cidades da Região Metropolitana do Vale do Aço, o número de casos e adoecimentos ocorridos nas 13ª, 14ª e 15ª semanas epidemiológicas e sobre a possibilidade de o Comitê Extraordinário Covid-19 avaliar a apresentação dos dados distribuídos pelas devidas semanas epidemiológicas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.936/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Águas – ANA – pedido de providências para que se promova a determinação de redução dos limites da descarga mínima da Usina de Caconde, considerando-se que aquela represa abrange municípios mineiros e, segundo informações, encontra-se com 12,72 m abaixo de seu nível máximo normal e com somente 38,45% de seu volume útil, o que compromete a manutenção do abastecimento de água da região, a proteção da flora e fauna e a permanência da cadeia produtiva do turismo local.

Nº 7.937/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam criados por essa Casa canais oficiais de comunicação para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável receber denúncias através de e-mail, do Facebook e do Instagram, que sejam amplamente divulgadas aos cidadãos mineiros; e seja disponibilizado nesses canais de fácil acesso número de WhatsApp específico para recebimento de denúncias de maus-tratos a animais, bem como para recebimento de denúncias ambientais no Estado, para apuração e encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes, sempre resguardados o sigilo e o anonimato dos denunciadores que assim o desejarem. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.938/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam orientadas as prefeituras, as secretarias municipais e as superintendências regionais de saúde sobre a importância de incluir a categoria dos trabalhadores do comércio de medicamentos,

drogas medicinais e produtos farmacêuticos no grupo prioritário da vacinação contra a covid-19, respeitadas as determinações do Ministério da Saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.939/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o estágio atual de instalação e funcionamento do Projeto P 7 Criativo, projeto orçado em R\$ 57 milhões, sendo R\$ 17 milhões vindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e o restante da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.940/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Educação e Cultura do Exército – Decex –, com sede no Rio de Janeiro, pedido de providências para que se estude a viabilidade de a guarnição de Montes Claros voltar a ser incluída, em 2022, como vinha ocorrendo há anos até 2020, no rol dos locais de realização das provas do Concurso de Admissão ao Curso de Formação e Graduação de Sargentos do Exército – ESA –, para atendimento dos jovens do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, visto que a não inclusão da guarnição de Montes Claros em 2021 trouxe sérias dificuldades para os candidatos da região. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.941/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para inclusão de professores e trabalhadores da educação no grupo prioritário de vacinação contra a covid-19, respeitadas as determinações do Ministério da Saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.942/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jehu Pinto de Aguiar Filho por sua reeleição para a presidência do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA-MG – em 2021 e 2022.

Nº 7.943/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG – pelo lançamento da Cartilha de Soluções para os Municípios, em parceria institucional com a Associação Mineira de Municípios – AMM. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.944/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Calixto Ramos, um dos mais destacados, importantes e longevos dirigentes sindicais do Brasil, responsável por diversas lutas e conquistas para as classes trabalhadoras brasileiras.

Nº 7.945/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre os motivos da edição da Resolução Conjunta Cofin/Ipsemg-MG Nº 001, de 30 de janeiro de 2020. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.946/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o valor total referente a pecúlio em atraso a ser pago pelo Ipsemg, o número total de beneficiários que já deveriam ter recebido este seguro até a presente data, o valor destinado ao pagamento mensal aos referidos beneficiários, a previsão para quitar os valores em débitos e a legislação que rege o prazo máximo para esse pagamento, se os prazos estão sendo cumpridos de acordo com a legislação e com quantos meses de atraso este instituto tem efetuado o pagamento aos beneficiados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.947/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Refinaria Gabriel Passos pedido de informações acerca da alta contaminação por covid-19 de trabalhadores próprios e terceirizados, já que estão impedidos de seguir os protocolos de prevenção em virtude das aglomerações causadas pelas atividades da parada de manutenção na refinaria, discriminando-se as taxas de contaminação, internação em leitos e internação em UTIs dos trabalhadores no período total da pandemia e somente em março de 2021, o número de trabalhadores afastados por motivo de saúde em março de 2021 e o número de trabalhadores, por turno e unidade, previstos para a parada de manutenção.

Nº 7.948/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o ressarcimento dos valores referentes a vale-transporte pagos a servidores da UEMG e demais órgãos e empresas públicas do Estado em trabalho remoto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.949/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que verifique a possibilidade de manutenção da flexibilização dos horários dos analistas de seguridade social desse instituto, sem prejuízo das atividades que desempenham, bem como da manutenção dos benefícios de ajuda de custo já garantidos aos servidores com carga horária inferior a 30 horas e a disponibilidade de opção pela ampliação da carga horária por analogia aos termos da Lei nº 20.586, de 2012, considerando que esses servidores têm desempenhado um papel fundamental no enfrentamento da pandemia de covid-19.

Nº 7.950/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações para que seja enviada a lista dos projetos de geração de emprego e renda, desenvolvidos no Estado, financiados ou executados por entidades tais como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae –, Banco do Brasil – BB –, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, Caixa Econômica Federal – CEF –, Bradesco S.A. e outras, bem como os seus escopos, os valores já dispensados e aqueles programados, e os cronogramas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.951/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que não ocorra qualquer mudança ou extinção no atual plano de saúde dos trabalhadores ativos e das trabalhadoras ativas e dos aposentados e das aposentadas pós-emprego dessa companhia, tendo em vista a imprescindibilidade da prestação da assistência saúde para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, principalmente para os que estão diante da pandemia de covid-19 e por se tratar de direito do trabalhador e da trabalhadora.

Nº 7.952/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Aperam BioEnergia, no Município de Timóteo, pedido de providências para a busca de soluções que visem ao entendimento entre os trabalhadores e trabalhadoras da Aperam BioEnergia, vinculados ao Sindex, e a empresa.

Nº 7.953/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Renato Lara Júnior, ocorrido em 5/5/2021, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.954/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de obras de recuperação da Rodovia MG-457, no trecho que liga Santa Rita de Jacutinga a Bom Jardim de Minas, especialmente na altura do km 33, onde se localiza o acesso para a cidade de Santa Rita de Jacutinga. (– À Comissão de Transporte.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho.

Comunicações Não Recebidas

– A presidência deixa de receber a comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Paulo da Costa Dias (Tio Paulo), ex-prefeito, ocorrido em 05/05/2021, em Consolação. (– Idêntica comunicação foi apresentada anteriormente pelo deputado Tito Torres.)

Oradores Inscritos

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, presidente. Boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, público que nos acompanha aqui pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Presidente, o que me traz aqui, hoje, na verdade não é apenas um motivo, é um

conjunto de razões, um conjunto de motivos que fizeram com que eu viesse aqui, à Assembleia Legislativa, ao nosso Plenário, para poder fazer essa fala.

Há muita coisa acontecendo em Minas Gerais, que é extremamente preocupante, extremamente grave, e o conjunto dos mineiros precisa ter ciência. São questões, presidente, que tratam, por exemplo, do patrimônio do povo de Minas Gerais. Essa sanha e essa fome privatista dos governos neoliberais, que Romeu Zema representa em Minas Gerais, se faz presente e caminha a passos largos, a passos largos para o desfazimento do patrimônio do povo de Minas Gerais.

Eu explico: foi iniciado, presidente, a pedido da Cemig, um processo de análise de desinvestimento da Taesa. A Taesa é uma empresa de transmissão de energia, uma das melhores e maiores empresas nesse setor, uma empresa recomendada pelas principais corretoras de ações na Bolsa de Valores e que tem rentabilizado aos seus acionistas bons lucros, bons recursos. E entre esses acionistas está a grande acionista, que é a Cemig. E, através dos dividendos dos recursos da Taesa, dinheiro tem sido injetado no cofre do Estado para atender o povo de Minas Gerais nos serviços que são importantes, pela rentabilidade, pela eficiência da Taesa.

Então a Cemig, sendo sócia, e sócia majoritária, inicia um processo de consulta pública para analisar a oferta da sua parte na Bolsa de Valores, sem conversar com ninguém, sem ouvir ninguém. Como a nossa Constituição é muito clara e diz que o desinvestimento ou a desestatização das empresas públicas carecem de autorização legislativa e também de referendo popular, o que tem feito, então, o governador? O governador, como se diz lá no interior – nós, aqui, no interior de Minas Gerais –, está querendo comer pelas beiradas.

Eu apresentei um requerimento, presidente, solicitando ao governo do Estado informações sobre quais circunstâncias e condições essa operação está se dando. É um negócio absurdo, Professor Cleiton, porque nós sabemos que compõe também o patrimônio do povo de Minas Gerais essa participação na Taesa. Não pode o governo simplesmente dizer: olha, mesmo sendo superavitária e rendendo bons dividendos aos cofres públicos nos últimos anos, nós não queremos e vamos desfazer, sem ouvir o povo de Minas Gerais. Poderia ouvir o povo de Minas Gerais, na figura dos seus representantes, que é a Assembleia de Minas.

Então eu quero aqui fazer a leitura do nosso requerimento, que foi encaminhado ao governo do Estado. E também quero anunciar aqui – o Professor Cleiton está aqui, já está conosco nessa luta – que nós estamos propondo um mecanismo que garanta condições para que a Assembleia também seja ouvida quando se trata da participação da Cemig e das estatais mineiras, que pertencem ao povo de Minas Gerais. Que o povo possa ser ouvido!

Deixe-me localizar aqui, que nós vamos mostrar o que já estamos solicitando de informações. Eu quero aproveitar, Professor Cleiton, e falar da proposta de emenda à Constituição que nós estamos apresentando e pedindo aos colegas que possam assinar.

Presidente, deputado Jean, a Constituição do Estado diz, então, que a Assembleia precisa autorizar, ser ouvida, em caso de privatização das suas empresas; também fala dos referendos e do plebiscito para que se escute a população. Eu estou propondo aos colegas parlamentares proposta de emenda à Constituição para acrescentar o inciso V ao § 4º do art. 14 da Constituição Estadual. E aí ficaria o seguinte, presidente, demais colegas: a autorização para que sociedade de economia mista e empresa pública realizem desinvestimentos e alienação de ações quando a operação representar montante superior a 5% do total da sua participação em subsidiárias e empresas privadas.

Vou ler aqui a justificativa para os colegas compreenderem melhor o que nós estamos propondo: a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 23, que é de competência comum da União, dos estados e dos municípios...

Desculpem-me, mas houve uma chamada aqui no momento em que eu fazia a leitura. Você tem impresso, Cleiton? Você me empresta? Porque aí fica mais fácil para eu fazer a leitura. Obrigado, Professor Cleiton.

Olhe aqui, gente, então nós fazemos a proposta de emenda à Constituição, no inciso V, dizendo: a autorização para que sociedade de economia mista e empresa pública realizem desinvestimentos e alienação de ações quando a operação representar

montante superior a 5% do total da sua participação em subsidiárias e empresas privadas. Ou seja, coloca isso condicionado à autorização legislativa também. Isso é importante. Se esse dispositivo já estivesse garantido na Constituição do Estado, nesse processo que a Cemig inicia com a questão da Taesa, ela já estaria dependente, condicionada à autorização de nós, parlamentares. Então, é muito importante.

Quero fazer a leitura para as pessoas entenderem a nossa justificativa: "A Constituição Federal de 1988 estabelece...". Vou direto ao ponto que trata dessa questão aqui: "A preservação do patrimônio público estadual é um dos deveres mais importantes do poder público, principalmente em momentos como o atual, no qual somos assolados por uma crise econômica, social e sanitária, e pensar na longevidade das fontes e recursos estatais se tornou uma tarefa urgente. O Estado de Minas Gerais tem ativos importantíssimos, e é de notório interesse público que todos os esforços possíveis sejam envidados na conservação e fortalecimento das empresas mineiras. Ademais, o art. 14 da Constituição Estadual prevê que seja realizado referendo popular para a efetivação da desestatização de algumas empresas do Estado, como a de transmissão e distribuição de energia elétrica. Isso se dá por entender que essas atividades são estratégicas tanto economicamente quanto socialmente, sendo necessário democratizar o processo decisório sobre as empresas, chamando a população mineira para opinar sobre assuntos que impactam diretamente não só os cidadãos de hoje mas também do futuro".

Está disponível para todos que quiserem conhecer a proposta de emenda, mas esse é um dos parágrafos do qual apresentamos a justificativa. Se essa proposta de emenda à Constituição for aprovada e sancionada antes da efetivação dessa operação que a Cemig está querendo, que o governo do Estado está querendo, há uma chance de preservamos esse importante patrimônio lucrativo, rentável do povo de Minas Gerais. A Taesa compõe uma boa, se não for a maior parte do lucro, individualmente, das receitas da Companhia Energética de Minas Gerais.

Então é isso, Professor Cleiton, que eles querem fazer. Vão fatiando, vão desidratando, vão sucateando, para chegar lá na frente e entregar na bacia das almas. As experiências de privatização no Brasil não têm sido boas referências, não têm sido bons exemplos, bons modelos. Entregamos, anos atrás, no governo Fernando Henrique, a Vale do Rio Doce a preço de banana, com subsídio do próprio Estado para que aqueles que a adquirissem tivessem esses recursos para aquisição; foi financiada, e o valor de mercado hoje nem se compara. A partir daquele momento, lamentavelmente, a empresa começou a figurar em tragédias gravíssimas, como vimos em Mariana e como vimos em Brumadinho.

Então, uma das pautas que trago aqui hoje é essa, e peço aos colegas que possam nos ajudar, que possam assinar a PEC a fim de que ela tramite e possamos votá-la o mais breve possível.

Essa, Professor Cleiton, é uma das ações. A outra ação, da qual já falei, é o pedido de informações ao governo do Estado. E acho também que cabe representação ao Tribunal de Contas do Estado, representação na Justiça, para que possamos impedir que essa operação venha a cabo. Isso é muito sério, estão vendendo o patrimônio do povo de Minas, a participação numa empresa importantíssima, sem que o povo seja ouvido e consultado. Nós não podemos permitir isso. O Poder Legislativo de Minas Gerais tem que se pronunciar. Lembro-me de que Minas Gerais figurou no cenário nacional quando a senha privatista de Fernando Henrique chegou até Furnas, em Minas Gerais, e o governador Itamar Franco disse: "Aqui não!" "Aqui não!" E fez a mobilização das forças militares do Estado de Minas Gerais em Furnas, e aquela privatização não aconteceu. Sabemos como foi importante para o nosso estado, para a nossa população. Então o chamado, o convite é para que a Assembleia, como tem demonstrado até aqui – nós temos visto que a Assembleia tem tido altivez –, em mais essa operação, nessa ação que caminha a passos largos na surdina, a gente possa também dizer "não". "Não" sem o povo ser ouvido; "não" sem os representantes do povo serem ouvidos.

Então, essa é uma das questões, e vou voltar a falar sobre isso. Esse é um problema gravíssimo, e vamos voltar a falar sobre isso.

O segundo assunto que gostaria de trazer aqui é a respeito, Professor Cleiton – isso interessa também ao senhor, que atua nesta pauta –, da situação dos servidores aposentados da educação, não só da educação mas do Estado todo. Mas fui provocado inicialmente pela educação. Férias-prêmio: o Estado não está pagando as férias-prêmio. Dr. Jean, o Estado não tem feito nenhum pagamento dos servidores, dos seus direitos das férias-prêmio. Para vocês terem uma ideia, sequer está promovendo as publicações das aposentadorias. Faz aposentadoria na modalidade do afastamento, mas não faz a publicação, porque, a partir da publicação, o servidor tem o direito de receber os seus abonos, suas férias-prêmio, e o governo não está procedendo a esses pagamentos. Também já há denúncias de trabalhadores, de servidores, de que isso está ocorrendo.

É claro que no governo Fernando Pimentel, pela crise financeira que foi enfrentada, houve a dificuldade de proceder no volume necessário aos pagamentos, mas ainda assim houve um estabelecimento de critérios, especialmente para os servidores em condições mais precárias financeiras, em condições de adoecidos, que entraram no rol das prioridades que o governo estabeleceu e, agora, isso tudo está paralisado. Então também apresentamos aqui um requerimento pedindo ao governo do Estado que possa prestar essas informações. Deixe-me ver, o Cleiton é desses, e o Cleiton não vai ter, não. Vou ter que localizá-lo daqui.

Então eu estou trazendo esses dois assuntos que estão na ordem do dia, além de outros problemas que o Estado tem enfrentado, centenas de outros problemas que estão aí. Mas esses chamaram muito a nossa atenção. O primeiro, pela relevância que tem enquanto patrimônio do povo de Minas Gerais; e o segundo, pelo problema que nós temos na questão do drama do servidor, dos trabalhadores porque precisam receber aquilo que lhes é de direito, que está no escopo da lei. Não seria apropriação indébita quando o não pagamento? Quando o Estado não apresenta o pagamento dos trabalhadores, que lhe é de direito? Não é algum tipo de apropriação indébita? O escopo da lei é claro que, no momento da aposentadoria, tem que ser feito o pagamento de todos os direitos, inclusive, das férias-prêmio. E o Estado não procedendo, não efetuando esse pagamento, deixa os mais pobres... Porque, na maioria das vezes, na grande maioria, são trabalhadores cujos salários são bem baixos e ali é a oportunidade de eles terem o início de uma aposentadoria mais tranquila. E o governo simplesmente segura. É porque não tem dinheiro? Ora, a virada do exercício financeiro de 2020 para 2021 apontou para nós que foram R\$5.000.000.000,00 o superávit. Descontando a previsão da despesa e de arrecadação, R\$5.000.000.000,00 de superávit.

Então, nessa questão das férias-prêmio, o requerimento que está aqui na Casa, na Comissão de Administração Pública é o seguinte: o deputado que subscreve requer que seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento informações sobre os atrasos em pagamento de férias-prêmio para os servidores estaduais de Minas Gerais. Questiona-se: quantos servidores estão sem receber as férias-prêmio no âmbito do Estado? Depois, desde que ocorreram os primeiros atrasos no pagamento, alguma categoria recebeu as férias-prêmio enquanto outras ficaram sem receber? E qual o montante total de que o Estado precisaria para regularizar o pagamento desse direito aos servidores? Então esses são alguns questionamentos que nós estamos apresentando.

Eu quero até dizer que já vou apresentar outro requerimento. Qual o número de servidores que já estão aposentados e dos quais o Estado ainda não efetivou a publicação? Já se afastaram para aposentar, mas o governo do Estado não publicou a efetivação para formalizar no diário oficial Minas Gerais, porque isso também tem que ser visto para incluir aqui nessas informações que nós estamos pedindo.

Então essas são as minhas falas de hoje: de um lado a preocupação com o patrimônio do povo de Minas, com a sanha privatista do Zema, que quer entregar a Taesa, que é uma das principais subsidiárias da Cemig – da qual a Cemig tem participação societária; e de outro lado os servidores públicos estaduais, mais uma vez, sendo atacados pelo governo Romeu Zema. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cristiano. Parabéns por sua luta. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Boa tarde, presidente, caro amigo Dr. Jean; meus amigos parlamentares e os que nos acompanham também pelas redes sociais.

Queria dizer que eu compartilho das reflexões do deputado Cristiano. Eu já assinei lá no Silegis essa proposição da PEC porque é um assunto muito importante e tem a ver com todos os mineiros e mineiras. E nós, nesta Casa, com certeza devemos estar atentos ao nosso papel do controle social, enfim.

Mas eu me inscrevi hoje, presidente e caros colegas, para tratar de dois assuntos que, para mim, são importantes e que têm a ver com a defesa da vida; e a defesa da vida sob duas perspectivas que eu queria tratar.

Então um dos motivos que me traz aqui é, de fato, dar visibilidade à necessidade não só de valorizar uma categoria das mais importantes na nossa sociedade, especialmente neste momento de combate à pandemia da Covid, que são os enfermeiros, as enfermeiras, os técnicos e os auxiliares. A enfermagem é hoje a maior categoria profissional do País. Mesmo estando na linha de frente no enfrentamento e no combate à pandemia... Inclusive, algumas cidades já colocaram que nem todos os profissionais da saúde foram imunizados ainda – isso é urgente – no Estado de Minas Gerais. Além disso, o número de horas trabalhadas por esses profissionais é muito além do aceitável. A categoria luta hoje por 30 horas de trabalho semanais. Além dos baixos salários... Vejam bem: algumas cidades chegam a pagar um salário mínimo para um enfermeiro e uma enfermeira; além disso, não pagam a insalubridade. Alguns pagam R\$70,00 enquanto o correto seria pagar o equivalente a 40% do salário contratado.

De acordo com o Coren, que é o Conselho Regional de Enfermagem... Inclusive, esta semana começa a Semana da Enfermagem, que será do dia 10 ao dia 14 de maio. É uma semana importante. É o momento de a gente liderar vozes desses profissionais para dizer para toda a sociedade, para o governo do Estado o quanto merecem ser valorizados. “Enfermagem: Uma voz para liderar – Uma visão para o futuro dos cuidados de saúde”. O Coren está chamando vários eventos nesta semana, em que o cenário atual da pandemia comprovou a urgência na valorização desses profissionais da enfermagem, que arriscaram e arriscam suas vidas para salvarem outras vidas. Nesta semana, o Coren está chamando nas redes sociais esses vários eventos.

Nós sabemos que o futuro da saúde e dos cuidados da saúde no Brasil e no mundo é definido também agora e, como protagonistas dessa luta contra o tão temido vírus, é essencial que as vozes da enfermagem sejam mais do que nunca ouvidas e precisam, inclusive, serem usadas para liderar os processos. Tudo isso será discutido nessas palestras em mesas redondas de forma on-line. Ainda, segundo o Coren, durante a Semana da Enfermagem, além de acompanhar as demais homenagens que vão acontecer, será possível também indicar profissionais para a medalha Prêmio Destaques da Enfermagem Mineira 2021 e também concorrer ao Prêmio Destaques Científicos da Enfermagem Mineira, que contemplará os melhores trabalhos apresentados. Os profissionais da enfermagem, assim como os demais profissionais da saúde, merecem muito mais do que um aplauso, do que o nosso reconhecimento público, que tantos de nós fazemos aqui, na Assembleia Legislativa. O melhor reconhecimento que a Assembleia, o governador do Estado e a população em geral podem fazer é ajudar a lutar por sua valorização profissional, ou seja, melhorando as suas condições de trabalho e de salário. Nós aprovamos, no ano passado, nesta Casa, um aumento para os médicos; e esse aumento não foi estendido aos enfermeiros, às enfermeiras, aos técnicos e auxiliares.

No caso específico dos profissionais da enfermagem, nós também estamos pressionando para a aprovação lá, no Senado Federal, do PL nº 2.564, de 2020. Esse PL altera a lei federal de 1986 para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico, do auxiliar de enfermagem e das parteiras. O nosso mandato está à disposição do Coren para fortalecer essa pressão de convencimento junto ao Senado Federal. E, para isso, eu também estou apresentando um requerimento nesta Casa. Peço aos deputados e às deputadas que possam assiná-lo junto comigo para reforçar a necessidade da aprovação desse PL do piso nacional de salário dos profissionais: enfermeira, enfermeiro e técnico. Eu também apresento ao governo Zema um requerimento que envie a esta Casa de um abono salarial. É uma forma, mesmo que seja uma parcela única, desse meu reconhecimento. Para além do nosso reconhecimento público e do nosso aplauso, é a solicitação para que o governador Zema possa conceder um aumento – ou melhor, um aumento, não, um abono

salarial –, mesmo que seja pontual, em uma parcela, para esses profissionais. Inclusive, nesse período da Semana da Enfermagem, pode ser um bom presente para essa categoria um anúncio do governador.

Mas é isso! Eu queria parabenizar, queria dizer que nós estamos juntos. É um gesto simbólico e importante na valorização dessa categoria se a gente conseguir fazer com eles tenham um abono, mesmo que seja em parcela única, durante esse período da pandemia.

Mas um outro assunto me traz aqui: desde a semana passada, a gente tem discutido um episódio violento ocorrido lá em Jacarezinho. Nós somos da Comissão de Direitos Humanos, e esta Assembleia não pode se calar também diante de fatos que ocorrem e chamam a atenção não só na mídia nacional mas também na internacional. Eu e a deputada Andréia de Jesus protocolamos a nota de solidariedade às famílias, inclusive à família do policial civil que também foi morto durante a operação policial. Quando a gente diz "a nossa solidariedade", essa é a solidariedade a todas as vidas – não é? –, e a gente precisa de fato estar em defesa das vidas. Nós estamos falando de 29 mortes durante uma operação policial, entre elas a de um policial civil – e a gente está mandando as condolências para a família.

É preciso dizer que uma das maiores chacinas desse século aconteceu contra a população negra e pobre do Rio de Janeiro, durante a maior pandemia da história do mundo e do Brasil. Falamos de corpos negros e favelados tombados, de famílias pobres e trabalhadores em risco, sob a mira de uma arma. Eu, na copresidência da Comissão de Direitos Humanos, manifesto apoio, solidariedade e o nosso compromisso de lutar contra a política de extermínio. E muito nos entristece ouvir de um parlamentar desta Casa que aquilo não foi uma chacina, mas sim uma faxina. Olha só: a vida virando lixo, virando objeto para ser faxinado.

Não é essa a nossa concepção. Chacina é essa quantidade de mortos em uma situação como aquela; é uma ação estatal arbitrária com repercussão mundial que vai contra todos os regramentos de uma democracia. A política de segurança pública passa necessariamente pela estruturação e articulação de fato das forças de segurança, por investimentos com inteligência e pelo diálogo com outras políticas sociais. Não se vence a criminalidade sem se investir em saúde, educação, moradia, geração de trabalho e renda, transporte digno, soberania, segurança alimentar e nutricional, cultura, esporte e lazer. É a vida em primeiro lugar, a defesa da vida da população e a defesa de todas as vidas por que nós lutamos.

Era isso o que eu queria dizer e eu queria conceder um aparte à deputada Andréia de Jesus. Um grande abraço, e a gente segue junto lutando pelas vidas: todas as vidas importam; vidas negras importam muito para nós e para nosso país. Estou concedendo um aparte à deputada Andréia de Jesus que me solicitou no privado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para o aparte, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte) – Obrigada, deputada Leninha. Quero aqui cumprimentar meus colegas deputados e deputadas e as pessoas que nos assistem. Eu agradeço o aparte. Estava com medo de não conseguir fazer a minha fala, mas eu queria ressaltar tudo o que a senhora trouxe, como a homenagem às enfermeiras. Nós temos um projeto aqui na Casa reconhecendo o piso salarial das enfermeiras. Quero aqui também reforçar o que a senhora trouxe, assim como outros deputados, na defesa da Cemig. Nós estamos muito preocupados com essas ações do governo do Estado no sentido de dismantelar a Cemig, e nós precisamos expandi-la.

E, por fim, deputada, eu também quero deixar aqui o meu compromisso: na Comissão de Direitos Humanos, nesta quarta-feira, nós faremos uma audiência pública para tratar do Dia 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura. Nós queremos trazer ali corpos de luta, de resistência para fazer uma análise de qual é a situação dos negros e negras no Brasil durante a pandemia; e principalmente falar da falta de reparação, como a gente vê em várias políticas no Estado que não reconhecem a vulnerabilidade em que estamos ainda. E com isso nós também vamos trazer para esta audiência o advogado que está acompanhando de perto o caso lá de Jacarezinho. As famílias precisam de atenção, e a Comissão de Direitos Humanos, que também é presidida por uma companheira do meu partido, pede que a gente tenha confluência nessas ações para atender essas famílias. Obrigada pelo aparte, deputada Leninha.

A deputada Leninha – Sr. Presidente, eu estava aqui tentando abrir o microfone, por isso demorou um pouco mais. Mas a gente traz esses assuntos porque, de fato, é nossa tarefa, é nossa missão enquanto defensora dos direitos humanos trazer todos esses debates aqui. Quando eu falei, no início, que a nossa fala ia ser sobre a defesa da vida sob duas perspectivas, sendo a primeira delas relacionada aos profissionais da saúde, enfermeiros e enfermeiras, técnicos e auxiliares, foi entendendo que esses profissionais bravamente vêm salvando vidas, vêm reduzindo, com certeza, o número de óbitos neste país e neste estado. E a gente está falando de conceder um abono, já que a gente aprovou recentemente também um auxílio emergencial do governo do Estado de Minas Gerais para as famílias pobres deste estado, famílias com renda per capita de até R\$89,00. Então, que a gente possa também, com esses recursos, inclusive com os que a Assembleia devolve para o governo do Estado, pensar na possibilidade de conceder um abono, em parcela única, para os profissionais de saúde do Estado de Minas Gerais.

Nós estamos dizendo que o reconhecimento precisa ir além das nossas palavras, dos nossos aplausos; ele tem de significar melhoria na qualidade de vida desses profissionais exauridos, desses profissionais que estão trabalhando exaustivamente. Uma valorização salarial, monetária e financeira neste momento também é um reconhecimento simbólico e muito nobre da nossa parte.

Por outro lado, na semana passada, nós ficamos basicamente chocados neste país. Além de Jacarezinho, houve aquela situação lá no Sul do Brasil, aquele atentado, atentado não, morte de professoras e de crianças naquela creche, o que também nos deixou atordoados. Ocorreu a morte do ator Paulo Gustavo, de 42 anos, por Covid, um jovem artista. Então nós estamos falando de vários acontecimentos que nos entristecem, que nos fazem sentir incapazes de mudar essa realidade. Mas devemos seguir de cabeça erguida, cumprindo o papel não só de denunciar e anunciar, mas também de pensar em possibilidades e saídas para que Minas Gerais, para que este país volte a ter a vida como elemento mais importante para os gestores, legisladores, Judiciário. Enfim, essa é a nossa missão, esse é o nosso papel. Temos muitos desafios pela frente, com a possibilidade de novas ondas da Covid. Por isso, nós estamos na campanha maciça "Vacina no braço, comida no prato", para a gente ir junto e enfrentar esses desafios.

Eram essas as minhas palavras de agora à tarde, presidente. Queria desejar uma boa tarde a todos os meus colegas parlamentares e a você também, que preside esta reunião de Plenário. Um grande abraço. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Leninha. Parabéns por sua fala. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputados e deputadas, aqueles que se fazem presentes neste Plenário e aqueles que estão acompanhando esta reunião remotamente; boa tarde a todos os servidores da Casa, nossa Consultoria aqui presente, TV Assembleia, aqueles dos canais de comunicação da Assembleia Legislativa; boa tarde, povo de Minas Gerais.

Sr. Presidente, muito do que eu ia falar já foi adiantado aqui pelo deputado Cristiano Silveira, que inclusive trouxe uma explicação importante, uma explicação brilhante, deputado Cleitinho, sobre o que está acontecendo em relação à Taesa. Mas eu queria, deputado Doutor Jean Freire, deputada Andréia de Jesus, chamar a atenção para o momento que nós estamos vivendo. Nós estamos vivendo, como já antecipado aqui por outros deputados, um período de implosão do Estado, de desmantelamento, de desmonte total do Estado.

E isso é muito preocupante, porque vai na contramão de tudo o que está acontecendo no mundo. Enquanto na Europa, enquanto na Ásia, nos países escandinavos sobretudo, tem-se fortalecido a presença do Estado, até porque muitos desses estados se arrependem de uma proposta miraculosa, de uma proposta liberal... Lá o que nós estamos vendo, neste tempo, é um processo de estatização de vários serviços. Chamo a atenção, por exemplo, deputado Doutor Jean Freire, para um programa exemplar. Inclusive a gente até sonha que um dia ele seja aplicado no Brasil. É um programa econômico do presidente Joe Biden, dos Estados Unidos. Um programa keynesiano, de assistência àqueles que foram mais impactados por essa pandemia. E o que a gente vê aqui, na política mineira, é exatamente o contrário. Então estamos indo na contramão da história. Estamos vendo, por exemplo, a tentativa de

transferência de hospitais públicos da Fhemig para organizações sociais, que foi o que aconteceu em Patos de Minas, que não se concretizou por conta da ação do Ministério Público.

Estamos vendo, deputada Andréia de Jesus e deputado Cleitinho Azevedo, e, na sua base e na sua cidade deve estar acontecendo, o senhor deve estar recebendo também muitos telefonemas e reclamações de professores, por conta dessa política de municipalização das escolas. Aliás, se isso se concretizar, metade das escolas estaduais vão passar para a responsabilidade dos municípios. O programa também de criação de escolas charters, o qual vamos discutir amanhã na Comissão de Educação, traz também algumas preocupações.

Estamos vendo aí esse marco regulatório do saneamento que impacta diretamente também o Estado de Minas Gerais, uma lei da Assembleia, que dá totais poderes à Arsa e abre espaço para uma possível privatização do saneamento, inclusive implodindo as autarquias municipais. E estamos vendo o que está acontecendo com a Cemig. Se Raul Seixas estivesse vivo olharia para Minas Gerais e faria uma adaptação da sua música: "A solução pro nosso povo eu vou dar/ Liquidação assim ninguém nunca mais/ A solução pro nosso povo eu vou dar/ A solução é alugar as gerais/ Nós não vamos pagar nada/ Nós não vamos pagar nada/ É tudo free/ Parece que este Estado está em liquidação". Quem não se lembra, quem não se recorda dessa canção? "A solução pro nosso povo eu vou dar". Liquidação assim nunca mais vamos ver, Doutor Jean Freire. Inclusive "liquidação" foi um termo utilizado por alguém deste governo. Quero dizer que não tenho problema com os economistas que aconselham o nosso governador, meu problema é com quem deu o diploma para esses economistas que não entendem e não sabem nada de economia. Não existe recuperação fiscal, não existe recuperação econômica, não existe recuperação de Estado, na história, sem investimentos estatais, sem a presença do Estado. E aí a gente olha para o que está acontecendo com a Cemig.

De novo venho aqui falar da Cemig, mas é porque a gente tem sido cobrado, é porque a gente tem sido questionado. A Cemig, deputados e deputadas, que está sendo sucateada, desidratada. Esse patrimônio criado por aquele que deu o nome a este Plenário, Juscelino Kubitschek, está sendo sucateado. Estão cometendo e está-se cometendo um dos maiores crimes, um dos maiores atentados contra o povo de Minas Gerais, e a imprensa tem-nos cobrado, a imprensa tem cobrado um posicionamento da Assembleia. Eu quero dizer, como católico, que a gente reza e que, muitas vezes, pecamos por palavras, atos e omissões, e este deputado aqui não está pecando por omissão. Este deputado está honrando o nome daquele que dá a este Plenário o título de Plenário Juscelino Kubitschek. E aí o deputado Cristiano Silveira já trouxe essa situação da Taesa e explicou muito bem, e não vou aqui me tornar repetitivo porque é só pegar a fala dele.

Depois da venda da Renova, depois da venda da Light, e repito aqui o que disse outras vezes: venda da Light que leva este deputado à desconfiança de que estamos diante do maior escândalo do prejuízo corporativo-financeiro dos últimos anos da história do Brasil. E agora todos os canais de comunicação noticiando essa tentativa de venda da Taesa, que é um ativo da estatal mineira que traz um lucro enorme. Somam-se a isso os privilégios que estão sendo concedidos aos presidentes das estatais em tempos de austeridade, em tempos em que nós estamos vivendo esse impacto da fome, da insegurança alimentar, em que pessoas estão perdendo seus empregos. Chega-se ao conhecimento de que houve um aumento considerável do salário do presidente da Cemig, que chega ao montante de R\$94.000,00, e do presidente da Copasa, um salário de R\$85.000,00, porque esses salários foram aumentados. Além, inclusive, de a gente assistir a distribuição de conselhos dessas estatais para os secretários. Aí a gente precisa se lembrar de uma das promessas mais contundentes entre as promessas que mais reverberaram na mídia nacional. Quem não se lembra, deputada Andréia de Jesus, deputado Noraldino, deputado Coronel Sandro, daquele vídeo do governador indo ao cartório, deputado Doutor Jean Freire, nosso presidente nesta sessão, assinando um termo dizendo que os secretários, ele e o vice-governador só receberiam seus salários quando o pagamento dos servidores fosse colocado em dia? Eu acho que o senhor conhece esta expressão, presidente, e os outros deputados aqui também, porque é uma expressão bem mineira. Lá no Sul de Minas, quando a gente faz uma promessa, a gente não precisa ir a cartório, a gente diz que a promessa foi feita no fio do bigode, porque a palavra vale mais do que tudo. O governador está

provando que nem o fio do bigode nem o registro em cartório faz com que ele mantenha a sua palavra, porque o que a gente está vendo é uma distribuição de privilégios. Estar num conselho dessas estatais garante um salário de R\$15.000,00, R\$18.000,00, R\$19.000,00. E, pasmem, a pessoa precisa ir uma vez apenas a uma reunião desse conselho por mês. No caso da Cemig, é só ir aqui, muito próximo da Assembleia, até me esqueci do endereço de onde fica a Cemig, não sou muito bom de endereço ainda aqui em Belo Horizonte, mas ir lá uma vez por mês, para receber esse salário gordo e ainda comer um almoço ou uma janta, dependendo da hora, que varia entre R\$350,00 a R\$360,00 a refeição, porque foi esse o contrato estabelecido com a fornecedora de alimentos. Ao mesmo tempo, esses que possuem esses privilégios enormes tentam implodir a estatal e retirar dos seus servidores direitos adquiridos, porque chega ao conhecimento desta Casa, chega ao conhecimento desta Assembleia que há uma notícia de que os servidores da Cemig, tanto aqueles da ativa quanto aqueles inativos, irão perder seus planos de saúde.

Nós estamos aqui falando de questões que são imorais e antiéticas, que são questões que fazem com que isso tudo seja construído sem que nós, que somos representantes dessas pessoas e representantes desses servidores, representantes do povo mineiro, representantes da memória e da história de Juscelino Kubitschek, nos calemos. Não pode ficar assim. Quero repetir aqui o que eu disse: tenho um pedido de CPI para apurar tudo isso que está acontecendo, os contratos sem licitação, a venda dessas empresas que compõem o escopo e o patrimônio mineiro ligados diretamente à Cemig.

Tenho, aqui, um pedido de apuração de tudo que vem acontecendo. Está na hora de desengavetarmos esse pedido e irmos para a averiguação. Se existe, de fato, lisura, a CPI vai comprovar. Se estamos diante de crimes cometidos contra a administração pública, contra a estatal, que é patrimônio do povo mineiro, nós precisamos apurar, porque os indícios de irregularidades não podem mais passar impunemente. É o que eu venho pedir, aqui, nesta tarde, presidente. O senhor, como membro da Mesa, outros deputados e deputadas que são líderes... A gente só está pedindo apuração. Nós precisamos responder àqueles que nos cobram, e eu tenho sido cobrado constantemente. A imprensa tem-nos cobrado constantemente. A imprensa pede um posicionamento da Assembleia, mas eu quero dizer aos membros da imprensa: quando mencionarem a Assembleia, por favor, mencionem também aqueles que não se calam desde as primeiras irregularidades; e a primeira veio com a venda por R\$1,00 da Renova Energia, lá em 2019. Desde lá, nós temos acompanhado tudo que vem acontecendo.

Peço que apoiemos esta iniciativa do deputado Cristiano da Silveira com essa PEC, que é uma PEC que visa garantir que as coisas não sejam feitas a toque de caixa, muito menos à revelia desta Casa. A solução para o nosso povo, eu vou dar: liquidação assim nunca mais; a solução para o nosso povo, eu vou dar: a solução é alugar a Gerais. Com isso, eu não compactuarei, sem que a gente debata, sem que a gente discuta, sem que a gente fiscalize, sem que a gente perceba que o que está sendo feito é bom para todo o povo mineiro. Boa tarde.

O presidente – Parabéns, Professor Cleiton. Parabéns pela sua luta, deputado, sempre na defesa do povo mineiro e do patrimônio mineiro. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Boa tarde. Sr. Presidente, deputado Jean, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é até uma feliz coincidência a manifestação dos deputados Professor Cleiton e Cristiano Silveira a respeito do processo de desestatização falado desde o início deste governo e praticado um pouco atabalhoadamente. Eu tenho me debruçado muito sobre esse tema. Apresentei vários projetos de lei a respeito disso, inclusive indicando quais os segmentos que, no meu entender, deveriam ser alienados. A questão imobiliária no Estado... O patrimônio é completamente mal gerido. Não é o foco do Estado essa gestão, com exceções evidentes na área social para atender os sem-casas, as pessoas que precisam ser reassentadas num processo de habitação. Mas nós temos uma folga muito grande nisso, com diversas áreas e segmentos dos investimentos públicos que foram muito mal direcionados, com critérios de participação do Estado até hoje, para mim, não esclarecidos, inclusive na área de energia – a questão da Light é a mais conhecida de todos.

Eu venho me debruçando muito sobre isto: como nós devemos buscar medidas estruturais, tanto medidas na área do patrimônio como medidas na área tributária e fiscal, para ter um poder fiscal e, ao mesmo tempo, a retomada do desenvolvimento, que é sustentável apenas e exclusivamente se contar com investimentos. O investimento é o motor do desenvolvimento sustentável de longo prazo. Não há nenhuma medida, nenhuma possibilidade a curto prazo. Mesmo as medidas keynesianas já citadas são evidentemente de curto prazo. São imprescindíveis, ressaltam o papel do Estado, mas elas têm que ser acompanhadas por outras.

Então, essa discussão aí... Eu apresentei quatro ou cinco projetos, um depois do outro inclusive, porque isso para mim é um foco da minha atenção aqui nesta Casa, até com medidas tributárias. Já defendi e continuo defendendo a tributação dos meios de comunicação modernos, virtuais, do Facebook, WhatsApp e desse que nós estamos usando aqui agora, o Zoom. Absurdamente ninguém se debruça sobre isso, absurdamente nós deixamos... Ficamos discutindo a incidência do ICMS sobre produtos primários e semielaborados, que é um absurdo, um equívoco completo, e esquecemos que o ouro sai daqui sem pagar nada e continua não pagando. E não fazemos nem um movimento nesse sentido. Os minerais, que poderiam ser taxados hoje... Inclusive o minério de ferro, que é um verdadeiro ouro hoje, aguentaria tranquilamente. O minério de ferro em Minas, quando foi a US\$70,00, ainda viabilizou muita coisa. Foi uma crise terrível. Agora ele triplicou em dólar. É claro que neste momento – neste momento, agora – o minério de ferro suportaria tranquilamente uma sobretaxa. Por isso é que sabiamente o nosso sistema tributário coloca um imposto sobre as exportações. É um imposto gerido pela União, mas ele pode ser motivado, fiscalizado e praticado pelo Estado.

Eu acho uma falha terrível nós não olharmos para isso. Tanto a criação do ICMS – aí, sim – das telecomunicações para as modernas telecomunicações. Deixamos as multinacionais hoje... Esse Zoom que nós estamos usando agora, neste momento, não paga nada – não paga nada.

Então, tem-se que se debruçar sobre isso, inclusive sobre a reforma patrimonial. Não a conheço, não a assinei ainda, só a assinarei depois de a conhecer e de conversar sobre a PEC. Em princípio, acho que ela tem aspectos... Não a li, não sei, então, opinar. Se ela for dura demais, ela dificulta o manejo patrimonial do Estado, que é necessário.

Não quero fazer nada que não tenha o sentido de proteger o bem público, o patrimônio público. E a gestão adequada do bem público faz parte de sua proteção. Abrir espaços para nichos de participação como, por exemplo... Eu defendo não por uma questão ideológica, mas estratégica. Hoje o saneamento, bem como a energia elétrica, são estratégicos. E a presença do Estado não se dá não é por uma questão ideológica, é por uma questão de eficácia, de capacidade do setor público de interferir nos processos econômicos.

Então, temos que defender o estatismo, não o gigantismo estatal. Muitas vezes, o gigantismo estatal... E aqui eu estou sendo absolutamente fiel aos clássicos da esquerda, aos clássicos Marx, Engels, Lenin, Trotsky e outros em pontos em que eu concordo plenamente com eles. O Estado tem que tender sempre a diminuir. O gigantismo estatal nem sempre beneficia o estatismo, que é a capacidade de interferência do Estado. É claro que você não pode, artificialmente, fazer o estado mínimo para deixar em situação máxima o liberalismo, o poder econômico, o capital. De jeito nenhum! Nós temos é que racionalmente analisar aquilo que é mais adequado. Portanto, vejo que, em boa hora, essa discussão ressurgir.

Eu tenho discutido muito. Defendi, inclusive, a alienação de muito patrimônio da Cemig, para fortalecer o investimento dessa mesma Cemig como uma estatal mais forte, com capacidade de investimento maior, portanto com uma capacidade de interferência na economia maior, que é aquilo que nos move, no sentido de defender a Cemig estatal, a Copasa estatal, com alguns nichos de participação também da iniciativa privada no nosso sistema, que é misto; e eu defendo que assim o seja, pois é uma estratégia de longo prazo de transição para o socialismo democrático, como eu enxergo o futuro do Brasil, o futuro do mundo. Portanto, fico feliz com essa discussão aqui.

Creio que podemos retomar as discussões macroeconômicas, as discussões de macroestratégias da economia, para Minas tomar as medidas como tomou. Fez um projeto de lei de medidas tópicas, relevantes, de socorro imediato, mas ainda estamos muito

longe, muito longe mesmo, de fazer uma discussão profunda sobre os macroagregados capazes de destravar os elementos centrais do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento permanente. Acho que nós vamos caminhar. Isso é importantíssimo na mineração. Temos que ter uma mineração do ponto de vista ambiental, sustentável, mas uma mineração forte, como estou dizendo aqui, que tem uma capacidade contributiva enorme para esse momento da retomada.

Vejo no ouro, hoje o minério de ferro, o nióbio, eles precisam ser taxados de uma maneira robusta e rápida. Não é com a gente fazendo proposta de mudar, apelidada aqui de Lei Kandir ou não sei o quê, que demora três anos e olhe lá, se der certo. Aí já não terá mais cotação internacional nem câmbio que permita a... Tem que ser imediato, tem que haver a gestão imediata junto ao governo federal, claro. Em vez de ficar pedindo ao governo federal. Eu não quero dinheiro seu, não. Dê-me aquilo que nós temos, que é no momento em que a cotação, o preço Platts está rodando em US\$200,00, não olhei hoje qual é o preço, mas qualquer coisa orçando aos US\$200,00 a tonelada de minério de ferro, considerando a tonelada apelidada, vamos chamar assim, que dá margem ao preço Platts, que é o preço referencial. Eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade de entrar firmes também nessa discussão. A cotação do ouro é bem mais de R\$300,00 há bastante tempo, R\$300,00 o grama, que também é uma cotação muito robusta.

Eu vou talvez encerrar com o assunto que me levou aqui a me inscrever, mas eu sou completamente apaixonado por esses temas da macroeconomia, então não resisti. Agradeço aí ao Professor Cleiton, e ao meu companheiro de bancada e meu presidente, Cristiano Silveira, por ter colocado esse tema, e acabei mergulhando meu discurso de forma improvisada totalmente nele. Eu queria dar as notícias a respeito daquilo que o meu presidente da Comissão de Participação Popular me atribuiu: a tarefa de acompanhar de perto a questão da Vale nas medidas de compensação que faz.

Eu não sei quanto tempo me resta, presidente Jean, mas há muitos assuntos importantíssimos a serem discutidos, inclusive no âmbito de todas as comissões. De tudo que eu fiz e com que me deparei de mais desafiador é a questão realmente do rodoanel. É o item principal de dispêndio nos investimentos, referindo-se aos investimentos, e muito polêmico. Então isso não pode ficar numa comissão só ou em duas. Vai haver outros temas, vai haver muita coisa que brota dessas discussões que eu tenho feito com muita intensidade, nas prefeituras, nas câmaras de vereadores. Tive reuniões importantes com sindicatos dos profissionais e vou apresentar, talvez na semana que vem, já o primeiro relatório, na medida em que sou relator – relator junto à comissão –, que fique bem claro, exclusivamente deste âmbito, no tema.

Mas é muito amplo, muito vivo, e, quero reconhecer aqui, tem merecido uma condução muito boa, muito adequada, por parte do Ministério Público Federal e Estadual, por parte inclusive dos órgãos técnicos do governo do Estado, e, sobretudo, há uma intensa mobilização das organizações sociais. Mesmo a nossa participação da Assembleia, que teve pouco relevo, mas ela pode sempre se tornar relevante, pela sua profundidade, pela sua clareza de contribuição. E sendo sobretudo um pouco tardia, pelas condições que nós conhecemos de funcionamento da Casa. Mas as coisas não pararam, as coisas andaram muito. Sobretudo quero dar um depoimento aqui de extrema satisfação com o que eu tenho assistido, com aquilo que eu já tive oportunidade de ver, de acompanhar, daquilo que está sendo tão bem conduzido pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público Federal, e com o apoio muito eficiente e muito colaborativo dos órgãos técnicos do governo do Estado.

Era isso aí, presidente. Voltarei depois, com mais tempo, ao tema que era o principal do meu discurso, mas eu não resisti e mergulhei no tema da participação do Estado, do estatismo na retomada do desenvolvimento sustentável. Obrigado. Tenho dito.

O presidente – Muito obrigado, deputado Virgílio. Parabéns pela sua fala. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e deputados; boa tarde novamente a todos que estão acompanhando pela TV Assembleia, àqueles que vão acompanhar depois pelas redes sociais. Presidente, eu me inscrevi e subo ao púlpito, no Plenário, para trazer algumas das preocupações que alguns colegas já trouxeram aqui, que é essa gana

neoliberal de desmanchar o Estado por dentro e entregar para a iniciativa privada, para denunciar isso. E eu quero aqui reforçar a minha denúncia no que tange às ações que o governo do Estado tem feito usando o recurso público para privatizar a Cemig.

Eu começo dizendo que a questão é muito grave e tem rondado esta Casa a partir de ações do governo do Estado. Estamos todos e todas aqui sabendo que, em meio a essas mais graves crises sociais da história mais recente, em períodos como o nosso, é essencial um Estado forte, presente, capaz de atentar às necessidades mais básicas, de garantir que a gente tenha acesso à água potável, ao saneamento. Essas são as estratégias que o governo do Estado deveria fortalecer neste momento, para a gente ter uma Vigilância Sanitária efetiva. Mas não, o governo do Estado parece estar aproveitando a fragilidade deste momento, em que todos nós estamos vivendo lutos na família, no nosso bairro, na nossa casa, para passar a boiada. Como vazaram imagens do ministro do Meio Ambiente, dizendo que quer aproveitar a morte, o luto, a dor, para flexibilizar legislações, que protegem inclusive a condição de vida humana na terra, que é proteger o meio ambiente.

Enquanto isso, o governador Zema, enquanto outros países, como a França, a Itália, que têm outro PIB mesmo – a gente reconhece isso –, já se conscientizaram de que é necessário reestatizar uma série de serviços, que infelizmente eram do governo e tinham passado para a iniciativa privada. Nós estamos dizendo aqui, por exemplo, da distribuição de água potável, da distribuição de energia. A energia é o que mantém, inclusive, a economia aquecida; precisa estar na mão do Estado, essa é a forma de o Estado ter inclusive controle. Investir na economia do Estado de Minas Gerais é ter sim as usinas e todos os investimentos da Cemig nas mãos do Estado, e não da iniciativa privada. Por que trago isso? Nós estamos vendo pelos jornais – muitas vezes, não passa por esta Casa, o governador Zema ignora o papel desta Casa Legislativa – o que ele tem feito, em Minas Gerais, para garantir o fornecimento de água e luz; inclusive implementar uma legislação aprovada nesta Casa para suspender a cobrança daqueles mais fragilizados. Estamos falando da Cemig e da Copasa, e essas empresas são extremamente lucrativas. Elas não geram despesas para o Estado, muito pelo contrário, as ações da Cemig são as que mais crescem e têm investimentos no mundo. Por que, neste momento, o governador tem interesse em privatizá-la, em entregá-la para os seus colegas empresários? Inclusive eles já têm incidência – e muita – porque o governador terceirizou o seu governo; então esses empresários já participam diretamente do governo do Estado. E o governo parece achar uma boa ideia transformar o serviço público em mercadoria: o fornecimento de água, o saneamento, a energia elétrica.

Os empreendimentos lucrativos não são universais. Se a gente transformar política pública em mercadoria... Meus companheiros e companheiras que estão me ouvindo, donas de casa, trabalhadores do campo e da cidade, esse bem natural, esse bem comum, tornando-se mercadoria, não vai chegar aos territórios mais longínquos. Nós estamos falando aqui... Estamos próximos à capital, estou em Ribeirão das Neves, e a gente já sofre com a falta contínua de abastecimento de água. Vários transformadores da Cemig precisam passar por revisão, e, pelo fato de não estarem em bairros abastados, esse serviço... Custam a dar manutenção. Nós precisamos garantir isso. Só o Estado pode universalizar o serviço; só o Estado pode garantir que chegue para todos e todas, como direito fundamental, o acesso à energia elétrica. Acontece, deputados, que, a partir do momento em que essas empresas passarem a ter o controle do saneamento, da energia elétrica e da água, esse fornecimento vai passar a abastecer o bolso dos empresários.

Nós estamos denunciando isso. Eu, como presidenta da Comissão de Direitos Humanos desta Casa – e está fazendo história esta comissão... Nós temos que denunciar isso. Quem circula no Estado inteiro já sabe que, em muitos lugares, é preciso um Estado ainda mais robusto, mais forte para garantir isso, deputado Doutor Jean, aos quilombolas, aos territórios quilombolas, que até têm energia elétrica, mas precisam alterar o transformador. A comunidade cresceu, e hoje os transformadores que existem nessas comunidades, como Pontinha, perto de Paraopeba, já não atendem todas as casas. Estamos falando de um serviço pago – e caro. Convido qualquer um que está acompanhando, que sabe o quanto se tornou cada vez mais caro ter energia elétrica em casa... Nós temos, hoje, um mercado que oferece muita coisa eletrônica para a gente, mas a gente não consegue sequer fazer uso de todos os equipamentos eletrônicos que a sociedade tem hoje, à disposição, porque a energia elétrica está cara. Qual o porquê disso? Estamos falando de uma empresa que está, cada vez mais, sendo minada por esses empresários. Denunciar isso é garantia do bem viver, é

garantia de qualidade de vida para todos nós. Não podemos aceitar que a privatização retire um serviço que é público, universal para todos e que passará a ser só para aqueles poucos que puderem pagar.

Denunciando isso, eu quero aqui trazer uma realidade que perpassa pelo consumo de água também. As denúncias que nós estamos fazendo aqui de o Estado investindo na privatização e usando o recurso público para isso também passam pela água. A água também passa a ser uma mercadoria, muda-se também a relação dela com o território, e nós sabemos que a agência estadual, que acompanha a regulamentação da água e do saneamento, também está sofrendo investidas da iniciativa privada. Esse debate, mais cedo ou mais tarde, vai aparecer aqui nesta Casa: ceder ações da Cemig e também privatizar a água do Estado de Minas Gerais: as nascentes, a água mineral que é tão perseguida por empresas internacionais.

Então eu quero finalizar aqui o meu discurso trazendo essa angústia porque nós precisamos alertar a sociedade do que está para vir. Nós estamos vivendo uma pandemia. Quero aqui dizer o quanto tem sido duro acompanhar a falta de vacina; o governo federal negando vacina, usando espaços da mídia para reverberar inverdades como casos de gestantes que vieram a falecer. Não há comprovação de que a vacina mata. A vacina é a única solução que nós temos hoje para continuar planejando a vida, para a gente poder planejar o futuro dos nossos filhos. Nós precisamos que o governo do Estado se debruce neste momento. A CPI que está acontecendo aqui na Casa tem demonstrado que o governo Zema não tem se esforçado em garantir vacina, testagem e ampliação do atendimento da saúde, mas saúde pública; não adianta saúde para meia dúzia que pode pagar plano de saúde. Se nós não garantirmos a saúde universal, a começar pelo acesso a equipamentos fundamentais como a energia elétrica, a água e o saneamento, outras doenças virão. E a gente ainda está assistindo a milhares de pessoas morrendo diariamente com a Covid-19.

E com isso, presidente, quero dizer aqui aos deputados e às deputadas desta Casa que nós precisamos garantir que a Copasa e a Cemig continuem sendo empresas mantidas pelo Estado, controladas pelo Estado. Que a produção, que é muito lucrativa, sirva para chegar àqueles que não têm acesso ainda a direitos fundamentais como água e energia elétrica. E, se este governo continuar engajado em acabar com o Estado como ele vem sucateando, dificultando, corroendo o Estado por dentro... O povo precisa que nós sejamos corresponsáveis pela manutenção deste estado. Então convoco aqui os deputados e as deputadas para atender a esse chamado para a gente se debruçar e impedir que o Estado continue a entregar serviço público para a iniciativa privada, para empresários que estão acumulando. E a gente nem sabe mais de quem é a cara, não é? São tantos conchavos. A gente nem sabe quem está por trás disso. Nós precisamos defender o que é nosso. Isso é uma ameaça para Minas Gerais e para o nosso país. Nós temos que dizer não à privatização da Cemig e da Copasa, não à privatização das águas. Que a gente preserve isso e não permita que os territórios, que já estão em conflitos por proteção do ambiente, tenham que entrar nessa guerra para proteger a água, que é de todos nós.

Presidente, eu quero aqui também dizer que nós estamos vivendo tempos muito sombrios e com muitas ações violentas sobre as comunidades. Nós assistimos aqui, nós recebemos várias denúncias da Comissão de Direitos Humanos sobre agentes de segurança do Estado usando a força do Estado para reprimirem trabalhadores rurais e trabalhadoras do campo, que estão ali denunciando a falta da reforma agrária. Nós também vimos vários militantes sendo perseguidos pelo Estado por se manifestarem ou se manifestarem contra, muitas vezes, às narrativas que estão ocupando as ruas.

Mas eu quero também aqui, neste último minuto, pedir 1 minuto de silêncio, presidente, em nome dos familiares e em homenagem às vítimas do aglomerado lá em Jacarezinho, no Rio de Janeiro. A angústia e a dor dessas mães, nesse domingo do Dia das Mães, não podem passar, de forma alguma, despercebidas. Nós temos um estado, um Estado brasileiro que tem sido inimigo dos pobres, inimigo das comunidades que precisam de políticas públicas. Não é só a segurança pública que pode circular nos territórios.

Questão de Ordem

A deputada Andréia de Jesus – Então, eu quero pedir, presidente, 1 minuto de silêncio para os familiares de Jacarezinho, familiares dos jovens que lá perderam a sua vida, mas também do policial que perdeu a vida no meio dessa desastrosa ação que o Estado impetrou.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental. Determino seja feito 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Homenagem Póstuma

O presidente – Eu quero pedir agora aos colegas deputados e deputadas que façamos 1 minuto de silêncio por um grande amigo, um grande companheiro: Oleir, advogado na cidade de Medina, candidato a prefeito nas duas últimas eleições e foi mais uma vítima da Covid. Era meu amigo e também tive a oportunidade de acompanhá-lo, em alguns momentos, agora na internação no CTI, na nossa cidade. Então, 1 minuto de silêncio pela vida desse companheiro e pelo momento em que a Covid o levou.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 7.872/2021, da Comissão de Minas e Energia, 7.890 a 7.893, 7.895, 7.897, 7.901 a 7.903, 7.907 a 7.909 e 7.911/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, 7.919, 7.925 e 7.930/2021, da Comissão de Direitos Humanos, 7.932 e 7.934/2021, da Comissão de Saúde, 7.936/2021, da Comissão de Meio Ambiente, e 7.942, 7.944, 7.947, 7.949, 7.951 e 7.952/2021, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, boa tarde a todas deputadas e deputados, aos servidores desta Casa. Venho aqui pedir essa questão de ordem só para dar apoio aqui ao nosso deputado, ao nosso parlamentar Bartô, do Partido Novo. Vi até uma matéria agora dizendo que o Partido Novo pode afastá-lo, não é? Eu não vou entrar nessa questão, não, porque eu não sou do partido deles, então eles que se entendam, mas eu estou aqui na Assembleia como deputado, como parlamentar e como companheiro do Bartô, com quem trabalhei dois anos – há dois anos e três meses, a gente está junto aqui... O Bartô é um exemplo de parlamentar aqui, está sempre aqui nas reuniões ordinárias, está em todas as comissões, está sempre fazendo o seu trabalho de parlamentar, que é fiscalizar, legislar e representar, e veio essa situação da manifestação que aconteceu. O que me chama a atenção é: para deputados como a deputada que matou o marido, o deputado que matou o enteado e político que coloca dinheiro dentro da cueca... Eles estão lá soltos até hoje. Agora, um deputado que fez uma manifestação democrática como o Bartô fez... Acho também que é porque estava apoiando o Bolsonaro, e essa é uma questão pessoal dele. Mas eu quero falar do Bartô como político aqui, como deputado, como parlamentar. Eu estou com ele aqui há dois anos e três meses, e é um dos deputados com quem tenho mais afinidade aqui dentro do Parlamento, com quem mais me identifico; é um dos deputados mais econômicos que estão aqui, zela pelo dinheiro público. Então, eu acho que a Assembleia aqui tem que ficar do lado do Bartô. Até peço ao presidente Agostinho – porque acaba que ele é o nosso pai aqui, dos 76 deputados – que possa também ficar do lado do Bartô aí, fazer uma nota de apoio, um requerimento de apoio ao Bartô pela situação que ele está passando na questão do seu partido que está querendo até afastá-lo. Como eu disse, ele não matou ninguém; não matou marido, não matou esposa, não matou enteado, não colocou dinheiro dentro da cueca; foi para uma manifestação, e aí é

uma opinião dele, que cabe a ele, é uma decisão dele. Então eu estou mais aqui hoje, Bartô, para poder dar a você esse apoio aqui e dizer que você sempre me representou. Já tive alguma – isso é normal no Parlamento – opinião com que você não concordou, e você também já me deu opinião com que também não concordei. A gente está na mesma Comissão de Defesa do Consumidor e, em algumas situações também, eu não concordo e você não concorda, mas, tirando isso, eu sempre trabalhei com você aqui e sei que seu intuito é ajudar Minas Gerais e ajudar o povo mineiro. Então, eu estou mais aqui hoje fazendo essa questão de ordem para poder dar meus 100% de apoio ao deputado Bartô. Como eu disse, ele não roubou, não desviou dinheiro, apenas foi a uma manifestação. E cabe a nós aqui, presidente, neste momento aqui, aos 76 deputados, poder dar esse apoio para ele aí. Está bom, Bartô? Conte sempre comigo aí. Eu acho que você deve se entender com o partido, mas que a Assembleia aqui pode estar ao seu lado. Está bom? Um grande abraço e obrigado, Sr. Presidente.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 338/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação de todos os termos de compromisso em aberto firmados entre essa secretaria e as escolas estaduais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 1.317/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a implementação e a execução dos programas e serviços de prevenção às violações dos direitos das crianças e adolescentes em Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 1.346/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre quais escolas estaduais serão atendidas pelo programa Mãos à obra na escola, anunciado pelo governo do Estado no dia 30/5/2019, bem como sobre o respectivo cronograma das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.346/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.369/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre o cronograma de envio de projeto de lei complementar que instituirá a Lei Orgânica do Sistema Socioeducativo e do Sistema Prisional, bem como a proposta de nova escala de trabalho – de 24 horas por 72 horas – para os agentes socioeducativos e para os agentes prisionais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento, salvo emenda.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 13 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, salvo emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 12 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovada a emenda, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.369/2019 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.034/2019, das Comissões dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais que estão matriculados nas unidades escolares da rede estadual de Ensino, em atendimento à Resolução SEE Nº 3.423, de 26 de maio de 2017. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.387/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os nomes dos 10 maiores devedores do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela

aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.387/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.709/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de retomada das obras dos hospitais regionais dos Municípios de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Teófilo Otôni. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 15 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.199/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado a delegacia regional da Polícia Civil de Minas Gerais, em Alfenas, pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do inquérito policial que está apurando, desde julho de 2017, a morte de um jacaré do zoológico de Alfenas, que foi decapitado provavelmente com machadadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 5.382/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à delegada de polícia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, em Ribeirão das Neves, pedido de informações consubstanciadas em cópia do Inquérito Policial nº 2020-231-002407-001-00935498-48, no estado em que se encontra, bem como em cópia dos laudos das necrópsias e exames toxicológicos realizados referentes à investigação da morte de aproximadamente 70 cães do Lar Temporário Entre Latidos e Miados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Thiago Cota (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 5.382/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 6.569/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações complementares ao Ofício Detran/GAB nº 473/2010, enviado em resposta ao Requerimento nº 6.112/2020, especificamente quanto aos operadores do Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos, uma vez que se noticia que o sistema não seria utilizado exclusivamente por locadoras, concessionárias e grandes frotistas, mas também por um grupo específico de despachantes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 6.569/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 6.964/2020, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca da situação dos veículos de transporte público de passageiros que operam na estação Morro Alto, no Município de Vespasiano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos).

O presidente – Votaram “sim” 15 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 6.964/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.393/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o modelo e a grade do ensino integral da Escola Estadual Henriqueta Lisboa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar

Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.393/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.416/2021, do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as unidades do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais que serão contempladas com as melhorias citadas no Anexo IV – Programa de Fortalecimento do Serviço Público, do acordo judicial para reparação integral relativa ao rompimento das Barragens B-1, BIV e B-IVA, do Córrego do Feijão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.576/2021, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas em cópia dos procedimentos fiscalizatórios da pasta que preside, notadamente o aumento do valor de pedágio, sobre a notícia do aumento a ser promovido pela ECO 135 Concessionária de Rodovias S.A., responsável pela Rodovia BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros, o qual majorará consideravelmente o preço do pedágio na referida rodovia, a partir de 1º de abril de 2021. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 14 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.576/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/5/2021

Às 9h39min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita

pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio aos servidores das forças de segurança pública do Estado nos últimos cinco anos, e o cumprimento da Emenda à Constituição nº 98/2018, no tocante à conversão das férias-prêmio adquiridas até 29 de fevereiro de 2004 em espécie para quitação, total ou parcial, do saldo devedor de financiamento para aquisição de casa própria. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, justificando sua ausência na audiência pública no dia 5/5/21, às 9h30min, e indicando a Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão como sua representante; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais (3) (16/4/2021 e 19/11/2020); Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (16/4/2021); Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (3) (16/4/2021); Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (19/12/2020 (3) e 30/1/2021); e Igor Eto, secretário de Estado de Governo (6/3/2021). Registra-se a presença do deputado Delegado Heli Grilo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.709 a 7.711, 7.728, 7.733 e 7.742/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.546/2021, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Sd. PM Wagner Maciel Longatti, do 4º Pelotão da 124ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar da 1ª Região de Polícia Militar pelo ato de bravura e heroísmo ao evitar uma ação de autoextermínio em 14/11/2020, em Belo Horizonte, conforme relatado no Reds nº 2020-054941058-001, bem como seja estendida a manifestação aos demais policiais militares e bombeiros militares que atenderam a ocorrência;

nº 8.619/2021, do deputado Bruno Engler, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º-Ten. Adanil Pereira de Oliveira, o Subten. Fabian Geraldo da Silva, o 3º-Sgt. Pedro Henrique D. S. M. Oliveira, o 2º-Sgt. Adenilson Vieira dos Santos, o Cb. André Luiz de Araújo, o Sd. Geanine Batista Santos, o Sd. Leandro de Aguiar Venâncio, o Sd. Felipe Antônio de Souza Tavares, o Sd. Gustavo F. Rodrigues Carvalho, o Sd. Guilherme P. Teixeira Marques e o Sd. Diego Petrônio Andrade Martins pelo corajoso ato de prender, em flagrante delito, em 1º de maio de 2021, o suspeito que foi identificado como autor do arremesso de objetos contra civis que, pacificamente, manifestavam adesão e apoio ao governo do presidente Jair Bolsonaro, e que, também, no mesmo ato, cometeu injúria, ameaça e desacato contra os militares empenhados na ocorrência;

nº 8.621/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal pedido de providências para que se apurem as ameaças feitas ao presidente da República Jair Bolsonaro pelo Sr. Pablo da Silva Imbrósio, autor de diversas publicações em redes sociais nas quais expressa, com veemência, “O meu sonho sempre foi matar o Bolsonaro” e outras; recordando-se que, em 6 de setembro de 2018, o presidente levou uma facada durante um ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais;

nº 8.623/2021, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Delegado Heli Grilo e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja convidado o secretário de Estado da Fazenda para apresentar informações sobre o valor total da dívida do governo de Minas Gerais com os servidores públicos e militares estaduais em relação, especificamente, ao pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio, discriminando as categorias desses servidores e as respectivas pastas nas quais estão lotados.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Cel. PM Rosângela de Souza Freitas, vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM, representando o presidente; Aline

Risi dos Santos, presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Aespol; e Maria de Lurdes Camilli, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e os Srs. Cel. PM Roberto Lemos, vice-presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – COPM, representando o presidente; Cel. PM Zeder Gonçalves do Patrocínio, presidente da União dos Militares de Minas Gerais; Subten. PM Heder Martins de Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Hugo René de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais – Sinffazfisco; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg; Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG; Sgt. PM Michael André Santos, diretor de Assuntos Institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS PM/BM-MG, representando o presidente; Fernando José de Moraes, delegado de Polícia Civil; José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo; José Maria de Paula, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol-MG; Felipe Fonseca Teles, diretor jurídico da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol, representando o presidente; Hugo Barbosa de Paulo, diretor executivo do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos; André Pelli, diretor do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e Heuber Domas, diretor do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais – Sindpecri, representando o presidente. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos deputados para que façam suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Bruno Engler. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Delegado Heli Grilo.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/5/2021

Às 10h10min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Professor Wendel Mesquita, Cristiano Silveira e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o projeto Mãos Dadas, anunciado pelo governador do Estado e pela secretária de Estado de Educação, tendo em vista que o referido projeto não foi debatido previamente e de forma ampla com toda a comunidade escolar. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença das Sras. Jacqueline Ferreira Piedade de Castro, especialista em educação básica da Escola Estadual Cônego José Maria, em Três Pontas; Analise de Jesus da Silva, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Fórum Estadual Permanente da Educação; Andréa Mismotto Carelli, promotora de justiça e coordenadora da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação – Proeduc; Sirlene Aparecida Pereira de Freitas, professora da Escola Estadual Dr. Lélío de Almeida, em Poço Fundo; Adriana Júlia de Souza, promotora de justiça, representando Marcos Pereira Anjo Coutinho, promotor de justiça; e Patrícia de Sá Freitas, assessora-chefe de Articulação Municipal, representando a secretária de Estado de Educação; e os Srs. Diego Severino Rossi de Oliveira, economista e coordenador técnico do

Dieese na Subseção do Sind-Ute-MG; Padre Mateus Arantes da Silva, professor de Filosofia e Sociologia da rede pública e privada de Minas Gerais; Urgel Ribeiro da Silva, conselheiro suplente do Conselho Municipal de Educação de Betim; Mucio Alberto Cordeiro Alves, diretor estadual do Sind-Ute-MG; e Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas, subsecretário de Articulação Educacional da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Coronel Sandro.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/5/2021

Às 14h12min, comparecem à reunião os deputados Noraldino Júnior, Leandro Genaro e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, através do Fale com as Comissões, dos Srs. Dalmi Antunes de Araújo, requerendo providências para a apuração de denúncia de exploração ilegal de madeira pela Empresa Vale S.A. na região da Reserva Legal de Borrachudo; e Itamar Pires do Nascimento, denunciando a inércia do executivo local para tomar providências frente a poluição do ar gerado pela Siderúrgica Cosimat e outras, em Matozinhos. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Emerson Luis Yoshio Hara, supervisor de pesquisa da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia, solicitando o apoio da Casa junto ao governo do Estado, à Vale S.A. e à justiça para a continuidade do projeto de avaliação dos efeitos dos rejeitos de mineração da barragem de Fundão no litoral capixaba e sugerindo a realização de uma sessão de homenagem aos trabalhadores do referido projeto. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão (11/12/2020); Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (21/11/2020); Igor Eto, secretário de Estado de Governo (16/4/2021); e Wagner Pinto de Souza, delegado-geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (4/12/2020); e das Sras. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (19/11/2020, 4/12/2020, 16/1/2021); e Daniela Diniz Faria, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (30/1/2021). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.400/2017, 10.495 e 11.638/2018, 3.823/2019, 6.662, 6.672, 7.115 e 7.170/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.142/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Águas – ANA – pedido de providências para que se promova a determinação de redução dos limites da descarga mínima da Usina de Caconde, considerando-se que aquela represa abrange municípios mineiros e, segundo informações, encontra-se com 12,72m abaixo de seu nível máximo normal e com somente 38,45% de seu volume útil, o que compromete a manutenção do abastecimento de água da região, a proteção da flora e fauna e a permanência da cadeia produtiva do turismo local;

nº 8.202/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada visita à Fundação Renova, no Município de Mariana, para apurar as denúncias de maus-tratos aos animais dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão por omissão,

ante a ausência da promoção de medidas de bem-estar animal e suporte financeiro, logístico e técnico assistencial, após a tragédia de 2015;

nº 8.441/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG –, para que ele preste esclarecimentos sobre a proposta de reformulação da tarifa social, apresentada pela equipe técnica da agência na reunião da diretoria de 24 de março de 2021;

nº 8.453/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam criados por esta Casa canais oficiais de comunicação para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável receber denúncias através de *e-mail*, do Facebook e do Instagram, que sejam amplamente divulgadas aos cidadãos mineiros; e seja disponibilizado nesses canais de fácil acesso número de WhatsApp específico para recebimento de denúncias de maus-tratos a animais, bem como para recebimento de denúncias ambientais no Estado, para apuração e encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes, sempre resguardados o sigilo e o anonimato dos denunciantes que assim o desejarem;

nº 8.585/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos ambientais do projeto do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 8.587/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto de concessão do Parque Estadual do Ibitipoca, bem como de outras unidades de conservação no Estado;

nº 8.627/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater quais são os avanços e as perspectivas do governo do Estado em relação a mudanças climáticas, bem como as iniciativas das secretarias de Estado de Meio Ambiente, Administração Pública, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Infraestrutura e Planejamento, além das empresas públicas Cemig, Copasa, Gasmig, Emater e Epamig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros para a próxima reunião extraordinária a realizar-se no dia 12 de maio, com a finalidade de debater os impactos ambientais do projeto do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio 2021.

Noraldino Júnior, presidente – Leandro Genaro – Osvaldo Lopes.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/5/2021

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.497/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Segurança Pública e ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre a estrutura, os recursos humanos disponíveis e a área de ação da Patrulha Preventiva da Violência Doméstica – PPVD – na cidade e na zona rural de Montes Claros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.952/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a possibilidade de implantação e manutenção de unidades demonstrativas e de produção de sementes crioulas e de bancos de sementes crioulas nas regiões de maior concentração de agricultores familiares do Estado, notadamente na unidade Campo Experimental de Acauã. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.953/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre o planejamento da instituição, a partir de 2020, para consolidação e aprimoramento dos programas de pós-graduação, no âmbito da Ação 4173 – Apoio aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, do Programa 48 – Ensino Superior – Unimontes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.078/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o funcionamento do procedimento denominado Perícias Toxicológicas Preliminares, realizado pela instituição na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.054/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões do encerramento das atividades da Escola Estadual Professora Amélia de Castro, em 2021, bem como sobre as providências que serão adotadas por essa secretaria em relação aos servidores da escola. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.346/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre as providências prometidas para o retorno do abastecimento normal de água aos bairros da região do Citrolândia, em Betim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.401/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao diretor do Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, pedido de informações sobre a transferência feita através de contrato de gestão com a Organização Social do Hospital Regional Antônio Dias, no Município de Patos de Minas, em que sejam apresentados os estudos técnicos, sociais e gerenciais capazes de comprovar que não haverá comprometimento dos atendimentos, especialmente por se tratar de um momento de pandemia; sejam encaminhados termo de referência, projeto básico ou outro instrumento prévio de planejamento, ato de qualificação das organizações sociais, planilha detalhada de composição de serviços e custos que serão gerenciados pela referida organização social; o ato convocatório do chamamento público e o comprovante de sua publicação, caso já tenha sido selecionada a organização social; os documentos relativos à qualificação econômica e financeira da organização selecionada e planilha detalhada, acompanhada de pareceres e estudos técnicos que comprovem que a celebração de contrato de gestão é mais vantajosa para a administração; o

cronograma de transferência da gestão, bem como todos os estudos preliminares que o antecederam; a autorização do Conselho Estadual de Saúde; o detalhamento de todos os objetivos e metas a serem alcançados com a transferência da gestão, em especial a qualidade dos atendimentos, o número de servidores lotados no hospital, separados por categorias profissionais, incluídos terceirizados e contratos temporários; o montante global da remuneração, a planilha detalhada dos custos de insumos, bem como as despesas com alimentação, manutenção de prédio e todas aquelas relacionadas às atividades meio e fim da unidade hospitalar; a anuência ou concordância dos servidores em relação à sua transferência para organizações sociais; e a especificação das medidas a serem tomadas em relação aos servidores que recusarem a transferência para organizações sociais, bem como a relação das unidades para as quais serão transferidos, esclarecendo-se se a transferência ocorrerá dentro do município. A Comissão de Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.446/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a previsão de expedição de carteira de identidade nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 29/9/1983, no padrão estatuído pelo Decreto nº 9.278, de 5/2/2018. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.665/2021, do deputado Doorgal Andrada, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o motivo da paralisação das obras de recuperação e pavimentação da Rodovia MG-338, no trecho localizado entre os Municípios de Barbacena e Ibertioga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.706/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de doses de vacina contra a covid-19 que foram disponibilizadas, até o momento, para o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; a data prevista para cada fase do plano de vacinação dos respectivos efetivos; a previsão de publicação de cronograma para o contingente do interior e da capital; a existência de alguma estratégia para priorizar unidades de comandos ou companhias de maior risco de contaminação; e a existência de algum plano de cooperação com as prefeituras para tais fins. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação da rede municipal de ensino da cidade de Ipatinga, tendo em vista o retorno presencial das atividades educacionais no atual momento grave de pandemia de covid-19.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Ione Pinheiro, Leninha e Rosângela Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2021, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.428/2020, da deputada Leninha, de votar, em turno único, o Requerimento nº 7.769/2021, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Ione Pinheiro e Leninha, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, promover o lançamento do relatório do seminário virtual “Mulheres na luta: novos desafios trazidos pela pandemia e perspectivas” e da cartilha com orientações sobre a Lei Maria da Penha, as situações de violência e os serviços de atendimento às mulheres.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.115/2020****Comissão de Saúde****Relatório**

De autoria do deputado Tito Torres, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação OncoViva, com sede no Município de Itabira, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.115/2020 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação OncoViva, com sede no Município de Itabira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o bem-estar social e o acolhimento humanizado a pacientes e seus acompanhantes sem qualquer discriminação ou distinção.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, realizar simpósios, conferências, seminários, congressos, cursos e outros eventos sobre saúde, tratamento oncológico e outras enfermidades; apoiar pacientes portadores das mais diversas enfermidades e seus familiares durante o tratamento e produzir e distribuir literatura educativa com o objetivo de promover assuntos comunitários como saúde, educação, cultura, entre outros.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação OncoViva, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.115/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2021.

Doutor Wilson Batista, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.258/2020

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria da deputada Celise Laviola, o projeto de lei em epígrafe visa alterar o art. 1º da Lei nº 21.189, de 19 de março de 2014, que declara de utilidade pública a Associação dos Pacientes Renais e Transplantados de Governador Valadares – Aspart –, com sede no Município de Governador Valadares.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.258/2020 tem por finalidade alterar o art. 1º da Lei nº 21.189, de 19/03/2014, que declara de utilidade pública a Associação dos Pacientes Renais e Transplantados de Governador Valadares – Aspart –, com sede no Município de Governador Valadares, com o objetivo de adequar a denominação da instituição à alteração estatutária registrada em 2014, posteriormente à aprovação da lei declarativa. Na ocasião, o nome da entidade foi modificado para Casa de Apoio aos Pacientes Renais e Oncológicos – Acolheida.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a alteração estatutária incidiu somente sobre a denominação, continuando a instituição com as mesmas características e finalidades, cumprindo os requisitos exigidos pela Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Dessa forma, o projeto em análise visa apenas resolver o conflito entre a atual denominação da entidade e a considerada pela Lei nº 15.124, de 2014.

Concordamos com o parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça e, portanto, somos pela aprovação da proposição em comento.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.258/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2021.

Doutor Wilson Batista, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.309/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Gustavo Mitre requer que seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de informações para que sejam encaminhados a esta Casa Legislativa os documentos que detalham o projeto do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente os mapas com a localização dos terrenos a serem desapropriados para sua construção e o "data room" disponibilizado para os investidores interessados.

Publicada no Diário do Legislativo de 6/2/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O art. 46, inciso III, do Regimento Interno desta Casa assegura ao deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia Legislativa, pedido escrito de informação a autoridades públicas.

Nos termos do art. 79, inciso VIII, alínea “c”, do mesmo Regimento, compete à Mesa da Assembleia emitir parecer sobre os requerimentos de pedido de informações, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

O pedido de informações é previsto no art. 54 da Constituição Estadual, tratando-se de um dos principais instrumentos do Poder Legislativo para o exercício da sua competência de fiscalização e controle, a saber:

“Art. 54 – (...)

§ 2º – A Mesa da Assembleia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

§ 3º – A Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informação dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

A competência fiscalizatória do Poder Legislativo é definida no art. 62, inciso XXXI, da Constituição Estadual, o qual conferiu à Assembleia Legislativa a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Quanto ao conteúdo do requerimento, observamos que a matéria diz mesmo respeito a possíveis atos de competência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – conforme o disposto no art. 37 da Lei nº 23.304, de 2019, que “estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências”.

Observamos, porém, que o citado art. 54 da Carta Mineira prevê que o pedido de informação deve ser dirigido a Secretário de Estado ou titular de cargo equivalente, não havendo referência ao Governador do Estado, de tal sorte que não caberia pedido escrito de informação diretamente a este, pelo que apresentamos, ao final deste parecer, proposta de substitutivo à proposição examinada.

Desse modo, entendemos pela legalidade e pertinência do pedido de informação com a função fiscalizatória do Poder Legislativo, uma vez que recai sobre a atividade administrativa do Poder Executivo, justificando-se o interesse público na fiscalização da sua execução.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.309/2021 na forma do Substitutivo nº 1, ora apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de informações para que sejam encaminhados a esta Assembleia Legislativa os documentos que detalham o projeto do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente os mapas com a

localização dos terrenos a serem desapropriados para sua construção e o "data room" disponibilizado para os investidores interessados.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.311/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, a proposição em epígrafe solicita à Presidência da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, seja encaminhado Requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre os contratos firmados entre essa empresa e diversos escritórios de advocacia, a partir de janeiro de 2019, acompanhado de cópias integrais dos documentos a que se referem, com as respectivas comprovações da prestação dos serviços, em que constem a forma da contratação dos prestadores de serviços, seu objeto, valor total, valor executado, justificativa para contratação, processo interno, prazo de execução e termos aditivos.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 6/2/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre os contratos firmados entre essa empresa e diversos escritórios de advocacia, a partir de janeiro de 2019, acompanhado de cópias integrais dos documentos a que se referem, com as respectivas comprovações da prestação dos serviços, em que constem a forma da contratação dos prestadores de serviços, seu objeto, valor total, valor executado, justificativa para contratação, processo interno, prazo de execução e termos aditivos.

Infere-se do art. 2º da Constituição da República não apenas a independência funcional atribuída a cada um dos Poderes do Estado como também a interdependência entre eles, com o objetivo de instituir um sistema de freios e contrapesos, por meio do qual é estabelecido mecanismo de controle recíproco entre os Poderes, com o escopo de promover o equilíbrio constitucional, tornando-os harmônicos e inter-relacionados.

Com essa finalidade, foram instituídos mecanismos de controle entre os Poderes, dos quais se destacam aqueles que atribuem ao Parlamento, desde os primórdios de sua criação, a competência para fiscalizar atos do poder público, especialmente os do Poder Executivo, sob as formas, principalmente, de autorização, aprovação, apreciação e suspensão. O art. 49 da Constituição da República e o art. 62 da Constituição Mineira tratam das competências administrativas de natureza exclusiva e privativa do Legislativo, nas esferas correspondentes, relacionadas ao exercício do controle dos atos estatais.

No exercício do poder constituinte decorrente, o Constituinte Mineiro assegurou ao Poder Legislativo mecanismos de controle dos atos do poder público, atribuindo-lhe poder fiscalizatório, especialmente em relação aos atos de competência do Poder Executivo. Destaca-se, nesse ponto, o inciso XXXI do art. 62 da Constituição Estadual, que atribui à Assembleia Legislativa competência privativa para “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Como instrumento desse poder fiscalizatório, a Carta Política Mineira instituiu também a prestação de informações pessoalmente e o pedido escrito de informações. Com efeito, a prestação pessoal de informações, em consonância com o *caput* do art. 50 da Constituição da República, encontra-se regulada no § 4º do art. 54 da Carta Mineira, segundo o qual a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão, sempre que julgarem necessário, convocar secretário de Estado, dirigente de entidade da

administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada. Além disso, o inciso IV do § 2º do art. 60 atribui às comissões parlamentares a competência para convocar as autoridades referidas no art. 54, ou outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições.

Por outro lado, os §§ 2º e 3º do art. 54 atribuem à Mesa da Assembleia a possibilidade de realização de pedido escrito de informações: o primeiro assegura a possibilidade de encaminhamento do pedido a secretário de Estado; o segundo prevê que a Mesa poderá encaminhar o pedido “a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Dessa maneira, o disposto no § 3º do art. 54 da Constituição Estadual deve ser interpretado de modo a considerar a expressão “outras autoridades estaduais” no contexto do *caput* do artigo, de forma a complementar o conteúdo da norma nele enunciada. Com o objetivo de manter a coerência com o enunciado no *caput* do artigo, o significado da expressão em referência não pode ser outro senão o da possibilidade de a Mesa da Assembleia Legislativa encaminhar pedido de informação a outras autoridades que integrem a estrutura organizacional do Poder Executivo.

Do exposto, considerando que o requerimento em questão se dirige a dirigente de entidade da administração indireta, concluímos por sua adequação ao art. 54 da Constituição Mineira, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 99, de 2019.

Conclusão

Ante todo o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.311/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.401/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, o deputado Professor Cleiton requer seja encaminhado ao Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao Diretor do Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, pedido de informações sobre a transferência de atividades, via contrato de gestão com a organização social, do referido Hospital Antônio Dias, a fim de que sejam apresentados os estudos técnicos, sociais e gerenciais capazes de comprovar que não haverá comprometimento dos atendimentos do hospital, especialmente por se tratar de um momento de pandemia, e que sejam encaminhados: termo de referência, projeto básico ou outro instrumento prévio de planejamento; o ato de qualificação da organização social; planilha detalhada da composição de serviços e custos a serem gerenciados pela organização social; o ato convocatório do chamamento público, com comprovante da sua publicação na imprensa, caso já tenha sido selecionada a organização social; a comprovação da capacidade econômico-financeira da organização social selecionada; planilha detalhada, acompanhada de estudos técnicos que comprovem que a celebração do contrato de gestão é a alternativa mais vantajosa para a administração do hospital; o cronograma de transferência da gestão e todos os estudos preliminares que o antecederam; a autorização do Conselho Estadual de Saúde para a transferência; o detalhamento de todos os objetivos e metas a serem alcançados com a transferência da gestão, especialmente no que tange à qualidade dos atendimentos; o número de servidores atualmente lotados no hospital, separados por categoria profissional, incluídos os terceirizados e os contratados temporariamente, o montante global de remuneração de todos esses agentes; detalhamento dos custos de insumos, bem como despesas com alimentação, manutenção do prédio e todas aquelas

relacionadas com as atividades meio e fim da unidade hospitalar; a anuência dos servidores em relação à sua transferência para as organizações sociais; e a especificação das medidas a serem tomadas em relação aos servidores que recusarem dita transferência, bem como a relação das unidades para as quais serão transferidos, esclarecendo-se se tal transferência ocorrerá dentro do Município de Patos de Minas.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 26/2/2021, a proposição vem a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Assembleia Legislativa, por meio de suas comissões, lida frequentemente com demandas sensíveis da sociedade no campo da saúde, e, em período de pandemia, tal preocupação se intensifica, sobretudo diante de mudanças na forma como esse relevante serviço público é ofertado aos cidadãos.

Nossa anuência ao envio do pedido de informações se funda na premissa de que à Assembleia Legislativa compete fiscalizar a aplicação das políticas públicas, a sua execução, bem como buscar a transparência na gestão estatal e as adequações eventualmente necessárias no que diz respeito aos interesses da sociedade.

Quanto à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades estaduais integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelos arts. 54, § 3º, e inciso II do §1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso III do art. 46 do Regimento Interno desta Casa, que assegura ao parlamentar o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Como a proposição atende às atribuições e às exigências supramencionadas, entendemos que merece prosperar nesta Casa. Todavia, não procede o encaminhamento do pedido ao Diretor do Hospital Regional Antônio Dias, por não se tratar de autoridade de primeiro escalão de governo e que, justamente por isso, não figura entre os destinatários do pedido de informação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.401/2021, na forma do Substitutivo nº 1 a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

O deputado Professor Cleiton requer seja encaminhado ao Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a transferência de atividades, via contrato de gestão com a organização social, do referido Hospital Antônio Dias, a fim de que sejam apresentados os estudos técnicos, sociais e gerenciais capazes de comprovar que não haverá comprometimento dos atendimentos do hospital, especialmente por se tratar de um momento de pandemia, e que sejam encaminhados: termo de referência, projeto básico ou outro instrumento prévio de planejamento; o ato de qualificação da organização social; planilha detalhada da composição de serviços e custos a serem gerenciados pela organização social; o ato convocatório do chamamento público, com comprovante da sua publicação na imprensa, caso já tenha sido selecionada a organização social; a comprovação da capacidade econômico-financeira da organização social selecionada; planilha detalhada, acompanhada de estudos técnicos que comprovem que a celebração do contrato de gestão é a alternativa mais vantajosa para a administração do hospital; o cronograma de transferência da gestão e todos os estudos preliminares que o antecederam; a autorização do Conselho Estadual de Saúde para a transferência; o detalhamento de todos os objetivos e metas a serem alcançados com a

transferência da gestão, especialmente no que tange à qualidade dos atendimentos; o número de servidores atualmente lotados no hospital, separados por categoria profissional, incluídos os terceirizados e os contratados temporariamente, o montante global de remuneração de todos esses agentes; detalhamento dos custos de insumos, bem como despesas com alimentação, manutenção do prédio e todas aquelas relacionadas com as atividades meio e fim da unidade hospitalar; a anuência dos servidores em relação à sua transferência para as organizações sociais; e a especificação das medidas a serem tomadas em relação aos servidores que recusarem dita transferência, bem como a relação das unidades para as quais serão transferidos, esclarecendo-se se tal transferência ocorrerá dentro do Município de Patos de Minas.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.446/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da deputada Ione Pinheiro, a proposição em epígrafe requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a previsão de expedição de carteira de identidade nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 29 de setembro de 1983, no padrão estatuído pelo Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 5/3/2021, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a previsão de expedição de carteira de identidade nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 29 de setembro de 1983, no padrão estatuído pelo Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.

Primeiramente, cumpre salientar que o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, foi alterado pelo Decreto nº 10.636, de 26 de fevereiro de 2021, e passou a prever que, “a partir de 1º de março de 2022, os órgãos de identificação estarão obrigados a adotar os padrões de Carteira de Identidade estabelecidos neste Decreto”.

Passando à análise sobre a pertinência do pedido de informações, o art. 2º da Constituição Federal dispõe que os Poderes do Estado são independentes e harmônicos entre si. O sistema de freios e contrapesos, que tem o objetivo de estabelecer uma interdependência entre esses Poderes, instituiu mecanismos de controle recíprocos, dos quais se destacam aqueles que atribuem ao Parlamento a competência para fiscalizar atos do poder público, especialmente os do Poder Executivo.

A Constituição Estadual, em seu art. 62, inc. XXXI, atribui à Assembleia Legislativa competência privativa para “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”. Como instrumento desse poder fiscalizatório, instituiu também a prestação de informações pessoalmente e o pedido escrito de informações.

Na prestação pessoal de informações, conforme o art. 54 da Constituição Mineira, a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão, sempre que julgarem necessário, convocar secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada”. Além disso, o inciso IV do § 2º do art. 60 atribui às comissões parlamentares a competência para convocar as autoridades referidas no art. 54, ou outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições.

No pedido escrito de informações, conforme dicção dos §§ 2º e 3º do art. 54, a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido a secretário de Estado e “a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Dessa maneira, o disposto no § 3º do art. 54 da Constituição Estadual deve ser interpretado de modo a considerar a expressão “outras autoridades estaduais” no contexto do *caput* do artigo, de forma a complementar o conteúdo da norma nele enunciada. Entende-se, portanto, que a Mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedido de informação a outras autoridades que integrem a estrutura organizacional do Poder Executivo.

Assim, considerando a inviabilidade de serem solicitadas informações ao chefe do Poder Executivo Estadual, apresentamos o Substitutivo nº 1, dirigido ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Conclusão

Ante todo o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.446/2021 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Ione Pinheiro requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de expedição de carteira de identidade nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 29 de setembro de 1983, no padrão estatuído pelo Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.494/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria das deputadas Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e Leninha, e dos deputados André Quintão, Cristiano Silveira, Douro Jean Freire, Marquinho Lemos e Ulysses Gomes, a proposição em tela requer seja encaminhado ao secretário de Estado da Saúde – SES – pedido de informações configuradas em lista de servidores concursados ou em cargos de confiança da SES que foram vacinados contra a Covid-19, mesmo não fazendo parte dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde e não estejam envolvidos diretamente nas ações de enfrentamento a essa doença, na operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a Covid-19, na operacionalização dos planos de contingência de enfrentamento à Covid-19 ou nos serviços essenciais da SES que exigem o trabalho presencial; e sejam essas informações acompanhadas da justificativa técnica para a vacinação desses profissionais, especialmente em relação aos trabalhadores da SES que podem realizar suas atividades em teletrabalho.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 12/3/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento solicita o encaminhamento ao secretário de Estado da Saúde pedido de informações consubstanciadas em lista de servidores que foram vacinados contra a Covid-19, mesmo não fazendo parte dos grupos prioritários, e não estejam envolvidos diretamente nas ações de enfrentamento a essa doença, na operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a

Covid-19, na operacionalização dos planos de contingência de enfrentamento à Covid-19 ou nos serviços essenciais da SES, que exigem o trabalho presencial. Por fim, solicita que essas informações venham acompanhadas de justificativa técnica para a vacinação desses profissionais, especialmente com relação aos trabalhadores da SES que têm condições de realizar suas tarefas em teletrabalho.

De maneira geral, o Programa Nacional de Imunizações – PNI –, coordenado pelo Ministério da Saúde, é o responsável pela política nacional de imunizações e tem como missão reduzir a morbimortalidade por doenças imunopreveníveis, com fortalecimento de ações integradas de vigilância em saúde para promoção, proteção e prevenção em saúde da população brasileira. Além de oferecer gratuitamente à população uma série de vacinas, o programa também é responsável pela normatização técnica quanto ao uso dos imunobiológicos no âmbito do Sistema Único de Saúde. Insere-se neste contexto a decisão quanto à introdução do imunobiológico como integrante dos calendários oficiais de vacinação, bem como a ampliação de oferta, a definição dos imunobiológicos para situações especiais e para grupos populacionais específicos, além das orientações operacionais para a vacinação.

No âmbito do PNI, o Ministério da Saúde – MS –, por meio da Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações e do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde, divulgou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, contendo uma série de diretrizes que visam apoiar os estados e os municípios no planejamento e na operacionalização da vacinação contra a doença. Essas diretrizes são constantemente atualizadas por meio de informes técnicos à luz de novas evidências sobre a doença, sobre a situação epidemiológica e sobre a disponibilidade de novas vacinas contra a Covid-19.

Em linhas gerais, a definição dos grupos populacionais prioritários para a vacinação contra a Covid-19 elencados no plano teve foco na redução da morbidade e mortalidade pela doença e na manutenção do funcionamento e da força de trabalho dos serviços de saúde, incluindo os trabalhadores da saúde e dos serviços considerados essenciais. Em sua última edição, o plano elencou os seguintes 10 grupos prioritários para a vacinação: pessoas com 60 anos ou mais institucionalizadas; pessoas com deficiência institucionalizadas; povos indígenas vivendo em terras indígenas; trabalhadores de saúde; pessoas de 90 anos ou mais; pessoas de 85 a 89 anos; pessoas de 80 a 84 anos; pessoas de 75 a 79 anos; povos e comunidades tradicionais Ribeirinhas; povos e comunidades tradicionais Quilombolas. Os demais grupos populacionais também podem ser encontrados por ordem de prioridade na 4ª edição do plano, disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/29/PlanoVacinaoCovid_ed4_15fev21_cgpmi_18h05.pdf

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Saúde publicou, em consonância com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19, a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.314, de 29/01/2021, que aprovou a distribuição das vacinas aos municípios para imunização dos grupos prioritários contra Covid-19 no Estado de Minas Gerais, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações. O art.1º da deliberação estratifica os grupos populacionais prioritários na vacinação contra a Covid-19.

Esclareça-se que o requerimento tem lastro legal, pois o pedido de informações relaciona-se com as atribuições, constitucionalmente asseguradas a esta Casa, de fiscalização e controle do Executivo Estadual, amparando-se no inciso X do art. 49 da Constituição da República, bem como, em simetria, nos arts. 73 e 74 da Constituição de Minas Gerais, estes atribuindo ao Legislativo Mineiro o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado. Ademais, o § 2º do art. 54 da Constituição Estadual assegura à Mesa da Assembleia a possibilidade de encaminhar a secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

Destaque-se que o pedido de informações constitui, ao lado do pedido de providências, um dos principais instrumentos para que o Poder Legislativo exerça a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo.

Nesse contexto de grave pandemia, com crescente número de óbitos, no qual estamos inseridos, entendemos ser clara e indiscutível a pertinência e a relevância do pedido de informações solicitado. Este diz respeito à saúde pública e ao enfrentamento da pandemia, muito importante para a sociedade mineira e sujeito ao controle e à fiscalização desta Casa.

Diante do que foi exposto, entendemos inexistir óbice jurídico à aprovação da proposição em comento, tendo em vista que a pretensão possui pertinência com o exercício das atribuições de fiscalização e controle dos atos administrativos do Poder Executivo previstas constitucionalmente para o Poder Legislativo. Esclarecemos que o Substitutivo nº 1, que ora apresentamos, apenas aprimora a redação do requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.494/2020 na forma do Substitutivo nº 1, ora apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As deputadas Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e Leninha, e os deputados André Quintão, Cristiano Silveira, Douro Jean Freire, Marquinho Lemos e Ulysses Gomes, que este subscrevem, requerem a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES – pedido de informações consistente:

1) na lista de todos os servidores da citada pasta que foram vacinados contra a Covid-19, mas que não fazem parte dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde e que não estejam envolvidos diretamente nas ações de enfrentamento a essa doença, na operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a Covid-19, na operacionalização dos planos de contingência de enfrentamento à Covid-19 ou nos serviços essenciais da SES que exigem o trabalho presencial;

2) em justificativa técnica para a vacinação desses servidores, especialmente com relação aos que podem realizar suas tarefas em regime de teletrabalho.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.665/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria do deputado Doorgal Andrada, a proposição em análise requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o motivo da paralisação das obras de recuperação e pavimentação da Rodovia MG-338, no trecho localizado entre os Municípios de Barbacena e Ibertioga.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 10/4/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição visa requerer informações do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e do diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem sobre o motivo da paralisação das obras de recuperação e pavimentação da Rodovia MG-338, no trecho localizado entre os Municípios de Barbacena e Ibertioga, que teriam sido paralisadas logo após seu início.

Quanto à legitimidade da iniciativa, ressaltamos que, segundo a Constituição do Estado, em seu art. 54, § 2º, a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido escrito de informação a secretário de Estado, e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade. A proposição também está respaldada pelo Regimento Interno da Assembleia, que, em seu art. 46, III, assegura ao deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Além disso, está de acordo com a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do mesmo regimento, segundo o qual a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa.

Quanto ao mérito, entendemos relevante o pedido de informações veiculado pela referida proposição, visto que trata da política de transporte e trânsito, sujeita ao controle e fiscalização desta Casa.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.665/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.706/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Mauro Tramonte requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de doses de vacina contra a Covid-19 que foram disponibilizadas, até o momento, para o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; a data prevista para cada fase do plano de vacinação dos respectivos efetivos; a previsão de publicação de cronograma para o contingente do interior e da capital; a existência de alguma estratégia para priorizar unidades de comandos ou companhias de maior risco de contaminação; e a existência de algum plano de cooperação com as prefeituras para tais fins.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 24/4/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise visa obter do secretário de Estado de Saúde informações sobre a vacinação contra a Covid-19 da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, tais como: o quantitativo de doses de vacina disponibilizado até o momento para esse grupo; a data prevista para cada fase do plano de vacinação; a previsão de publicação do cronograma de vacinação na capital e no interior; se há estratégia que priorize unidades de comandos ou companhias com maior risco de contaminação; e se há plano de cooperação com os municípios para a vacinação.

O Ministério da Saúde, no exercício da função de gestor nacional do SUS e coordenador do Programa Nacional de Imunizações, apresentou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 – PNO – como medida adicional de resposta ao enfrentamento da doença, considerada Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, mediante ações de vacinação nos três níveis de gestão.

O PNO, que está em sua 6ª edição, publicada em 27/4/2021, adotou os critérios de grau de exposição à infecção e grau de risco para agravamento e óbito pela doença para definir os grupos que devem ser priorizados na vacinação, levando em conta a escassez de doses da vacina contra a Covid-19, a necessidade de redução da morbimortalidade causada pelo novo coronavírus, bem como a manutenção dos serviços de saúde e a dos serviços essenciais. As forças de segurança e salvamento e as Forças Armadas já

fazem parte dos grupos prioritários definidos no PNO, mas sua vacinação estava prevista para após a dos trabalhadores da educação do Ensino Superior, segundo a ordem de grupos prioritários estabelecida inicialmente.

Em 31/3/2021 o Ministério da Saúde editou a Nota Técnica nº 297/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, que definiu a antecipação da vacinação contra a Covid-19 das Forças de Segurança (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Servidores dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, Guarda Municipal) e Salvamento e Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Dessa forma, o ministério enviou um quantitativo de doses de vacinas a serem aplicadas de maneira escalonada e proporcional para a vacinação de alguns trabalhadores desse grupo, ordenados por prioridade: trabalhadores envolvidos no atendimento e/ou transporte de pacientes; trabalhadores envolvidos em resgates e atendimento pré-hospitalar; trabalhadores envolvidos diretamente nas ações de vacinação contra a Covid-19; e trabalhadores envolvidos nas ações de vigilância das medidas de distanciamento social, com contato direto e constante com o público independentemente da categoria. Segundo a nota, os demais trabalhadores da segurança pública e integrantes das Forças Armadas que não se enquadrarem nas atividades descritas serão vacinados de acordo com o andamento da campanha nacional de vacinação contra a Covid-19, segundo o ordenamento descrito no PNO.

Consideramos, portanto, importante o envio do requerimento em análise para acompanhar a vacinação do grupo descrito como Forças de Segurança, Salvamento e Armadas, que desde o início da pandemia tem trabalhado para conter ações que contribuam para a disseminação da doença e apoiado de forma efetiva a operacionalização da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

Propomos, no entanto, uma alteração no requerimento para solicitar informações não apenas sobre a vacinação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, mas também sobre a vacinação de todo o grupo descrito como Forças de Segurança, Salvamento e Armadas, o que fazemos por meio da apresentação do Substitutivo nº 1, ao final deste parecer.

No tocante à iniciativa, a proposição em análise encontra amparo legal no art. 73 da Constituição do Estado, que atribui ao Poder Legislativo a competência para controlar e fiscalizar os atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 2º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a secretário de Estado. Caso o secretário se recuse a prestar as informações solicitadas em 30 dias, ou preste informações falsas, poderá incorrer em crime de responsabilidade, de acordo com o mesmo dispositivo. O pedido de informação por parlamentar também está previsto no Regimento Interno desta Casa, nos termos do inciso III do art. 46 e do inciso XXX do art. 82.

Como o requerimento em tela não incorre em vício de iniciativa e as informações requeridas são relevantes para acompanhar a vacinação do referido grupo, que está mais expostos às ações de combate à Covid-19, somos favoráveis à sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.706/2021 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Mauro Tramonte solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informação sobre a vacinação contra a Covid-19 do grupo prioritário Forças de Segurança, Salvamento e Armadas, em relação a:

– quantitativo de doses da vacina disponibilizado pelo Ministério da Saúde até o momento;

- quantitativo de doses aplicadas da vacina;
- previsão das datas de cada fase da vacinação desse grupo;
- previsão do cronograma de vacinação na capital e no interior;
- estratégia que priorize a vacinação em unidades ou companhias com maior risco de contaminação;
- plano de cooperação com os municípios para a vacinação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.723/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Mauro Tramonte requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de doses de vacina contra a Covid-19 que foram disponibilizadas, até o momento, para o efetivo da Polícia Civil; a data prevista para cada fase e critérios do plano de vacinação dos policiais civis; a data prevista de publicação de cronograma para o efetivo do interior e da capital; a estratégia para priorizar unidades de maior risco de contaminação; e, por fim, a existência de algum plano de cooperação com as prefeituras para tais fins.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 24/4/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise visa obter do secretário de Estado de Saúde informações sobre a vacinação contra a Covid-19 da Polícia Civil, em relação a: quantitativo de doses de vacina disponibilizado até o momento para esse grupo; data prevista para cada fase do plano de vacinação; previsão de publicação do cronograma de vacinação na capital e no interior; se há estratégia que priorize unidades com maior risco de contaminação; se há plano de cooperação com os municípios para a vacinação.

Constatamos que o parlamentar já solicitou as mesmas informações relativas à vacinação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, por meio do Requerimento nº 7.706/2021. No parecer do requerimento que elaboramos para aquela proposição, aprovamos a matéria na forma do Substitutivo nº 1, que requer informação ao secretário de Saúde sobre a vacinação contra a Covid-19 do grupo prioritário nomeado "Forças de Segurança, Salvamento e Armadas". A alteração proposta pelo substitutivo solicita informações sobre todo esse grupo que, nos termos da Nota Orientativa de Vacinação das Forças de Segurança e Salvamento e Forças Armadas, publicada pela secretaria de Estado de Saúde em 8/4/2021 (disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/2021/secretaria%20estado%20saude%20mg/2021_04_09-vacinacao-forcas-salvamento-ses-mg.pdf>, acesso em 29 abr. 2021), inclui as equipes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Servidores dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais e Forças Armadas.

Assim, a solicitação em análise já foi incluída no requerimento mencionado. Como houve perda de objeto da proposição ora analisada, entendemos que ela não deve ser, portanto, aprovada.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 7.723/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 11/5/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Dinardo Eugênio de Freitas Triani, médico e ex-prefeito de Mirai, ocorrido em 6/5/2021, nesse município. (– Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Sra. Tereza Cristina Correa da Costa Dias, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e com a Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por representarem expressiva liderança feminina no setor agropecuário do País e do Estado, e seja, com essa homenagem, celebrado o Dia Internacional da Mulher. (Requerimento nº 4.903/2020, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com os policiais civis que participaram da ocorrência, em 10/4/2021, que resultou na prisão de 30 pessoas, durante uma megaoperação na Zona da Mata mineira para desarticular organizações criminosas com atuação interestadual dedicadas ao tráfico de drogas, prática de homicídios, posse e porte ilegal de armas de fogo, lavagem de dinheiro, ameaças a agentes públicos e corrupção de menores, além de outras infrações penais (Requerimento nº 7.709/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 10/4/2021, que resultou na prisão de 30 pessoas durante uma megaoperação na Zona da Mata mineira para desarticular organizações criminosas com atuação interestadual dedicadas ao tráfico de drogas, prática de homicídios, posse e porte ilegal de armas de fogo, lavagem de dinheiro, ameaças a agentes públicos e corrupção de menores, além de outras infrações penais (Requerimento nº 7.710/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais rodoviários federais que atuaram na ocorrência, em 10/4/2021, que resultou na prisão de 30 pessoas durante uma megaoperação na Zona da Mata mineira para desarticular organizações criminosas com atuação interestadual dedicadas ao tráfico de drogas, prática de homicídios, posse e porte ilegal de armas de fogo, lavagem de dinheiro, ameaças a agentes públicos e corrupção de menores, além de outras infrações penais (Requerimento nº 7.711/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 17/4/2021, no Bairro Palmeiras, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de 4 homens e na apreensão de 500kg de maconha (Requerimento nº 7.728/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de apoio à manutenção da Escola de Sargentos das Armas – ESA –, em Três Corações, pela importância histórica, econômica e social que representa para Minas Gerais e para os tricordianos (Requerimento nº 7.733/2021, do deputado Coronel Henrique e outros);

de congratulações com a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do CT-Vacinas, resultado de uma importante parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz-Minas – e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC –, pela importância do trabalho realizado no desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à produção de *kits* de diagnóstico e vacinas contra doenças humanas e veterinárias, notadamente as

recentes pesquisas para o desenvolvimento da vacina brasileira contra a covid-19. (Requerimento nº 7.826/2021, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Grupo Luta pela Vida pelo excelente trabalho realizado em prol do Hospital do Câncer de Uberlândia e pelo prêmio Melhores Ongs do Brasil em 2020 (Requerimento nº 7.828/2021, da Comissão de Saúde);

de congratulações com os Srs. José Roberto de Paiva Gomes e José Pereira da Cunha pela abertura de 10 novos leitos de UTI para tratamento de covid-19 no Hospital São Sebastião, em Três Corações (Requerimento nº 7.830/2021, da Comissão de Saúde);

de congratulações com a Fundação Oswaldo Cruz pela importante iniciativa de criação do programa Unidos contra a Covid-19, que disponibilizou ao sistema público de saúde do Estado do Amazonas cinco usinas de produção de oxigênio, que ficarão como um legado para o estado, fortalecendo a infraestrutura do Sistema Único de Saúde – SUS – e as ações frente à pandemia de covid-19 (Requerimento nº 7.849/2021, da Comissão de Educação);

de apoio aos profissionais da educação infantil da rede municipal de Belo Horizonte pela deflagração da greve por causa do retorno das aulas presenciais no atual contexto da pandemia da covid-19, tendo em vista que o movimento visa à proteção da saúde de toda a comunidade escolar (Requerimento nº 7.855/2021, da Comissão de Educação);

de congratulações com os Srs. Gustavo Adélio Lara Ferreira, Dêgo Candian Alves, Yury Bueno Campos, Marcus André Dias Serodio Melo, Pedro Augusto Moraes Carvalho, Hugo Elias de Lima Diniz, com a Sra. Jeanine Maradeia Medeiros e com os Srs. Paulo Daniel Santos, Washington Luiz Caneschi e Roney Lucarelli, pela prisão de suspeito de ter praticado um roubo em uma joalheria em Rio Pomba e pelo desmantelamento da quadrilha suspeita de praticar roubos à mão armada na região da Zona da Mata (Requerimento nº 7.857/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o chefe do 2º Departamento da Polícia Civil, César Augusto Monteiro, e o chefe do 7º Departamento da Polícia Civil, Flávio Tadeu Destro; com os delegados regionais Marcelo Cali, em Betim, e Cleovaldo Marcos Pereira, em Divinópolis; com os delegados João Marcos do Amaral Ferreira e Leonardo Moreira Pio; com os inspetores regionais Péricles Viana e Ronie Adriano dos Santos; com o inspetor André Leite, em Itaúna, o escrivão Fernando Gontijo, em Itaúna, e o escrivão Frederico Ferreira, em Betim; com os investigadores Talita Câmara, Edmar Souza e Washington Rezende, em Itaúna; e com os investigadores Rodrigo Tavares, Lucas Oliveira, Pedro Andrade e Heloísa Araújo, em Betim, pela atuação na operação Divisa, em 12/3/2021, em Betim, que resultou na prisão de um homem de 19 anos, suspeito de tentativa de latrocínio, em 3/8/2020, e de latrocínio consumado, em 21/9/2020 (Requerimento nº 7.858/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o delegado regional de Araxá, Vitor Hugo Heisler, o delegado rural de Araxá, Tiago Cruz Ferreira, o inspetor Paulo de Tarso Versosa, os investigadores Ilton José de Lima, Fábio Ponciano Duarte, Douglas Santana da Silveira, Rodolpho Xavier Florindo de Castro e Amanda Livia Santos e os escrivães Heitor Montandon, Josiene Edilene Ribeiro e Adriana Maria Almeida pela realização da segunda fase da operação Ferro Bruto, que culminou na recuperação, em um galpão na cidade de Votuporanga (SP), de parte de uma carga de treliças subtraída em Araxá, além de outras, como vergalhões e chapas de aço de outras vítimas, totalizando cerca de 300 toneladas de metais furtados (Requerimento nº 7.859/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais que atuaram na ocorrência que resultou na prisão do homem acusado do homicídio da enfermeira Priscila Cardoso da Silva, assassinada com requintes de crueldade e encontrada abandonada, em 20/3/2021, na entrada do Município de Ipaba. (Requerimento nº 7.860/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Sr. Wagner de Oliveira Cavalieri, juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem, pela doação de 461 aparelhos celulares apreendidos durante operações realizadas no Presídio Nelson Hungria, em Contagem, para a rede de educação municipal de Belo Horizonte, os quais serão entregues a estudantes e professores que não possuem celulares para as aulas virtuais. (Requerimento nº 7.861/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com militares do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pelo ato de bravura ao realizar o resgate de um homem de 47 anos, no Rio Arrudas, em Belo Horizonte, em 27/3/2021. (Requerimento nº 7.862/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais civis da Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher, em Belo Horizonte, pela conclusão do inquérito e prisão do dono de lojas de roupas de um *shopping* popular de Belo Horizonte, que é acusado de assédio sexual e estupro de clientes e funcionárias (Requerimento nº 7.863/2021, da Comissão de Segurança Pública).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.339/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo de óbitos no sistema prisional, indicando-se, no âmbito das competências e atribuições de cada órgão: o número de detentos mortos durante cumprimento de pena no Estado, nos últimos cinco anos; os estabelecimentos prisionais em que ocorreram tais fatos; e em quais casos houve instauração de inquérito policial, esclarecendo-se qual a fase da apuração.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 12/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 4.051/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos das atividades de manutenção realizadas ou demandadas pela barragem de Setúbal no índice de turbidez das águas dos Rios Setúbal e Araçuaí, considerando a conservação ou o tipo de vegetação no seu entorno e a existência de planejamento para solução dos problemas de turbidez acima referidos.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2019.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.053/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a atuação do Estado no que se refere a um barramento existente no Rio Capivari, tributário do Rio Araçuaí, entre os Municípios de Minas Novas e Capelinha, destinado à reservação de águas para atendimento das necessidades hídricas de plantações de café e de eucalipto no seu entorno, incluída a verificação da situação de outorga e as ações de monitoramento que estão sendo realizadas para que seja garantido o acesso à água das comunidades e dos estabelecimentos rurais a jusante da barragem.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2019.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 4.055/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular requer, nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre todos os poços tubulares profundos produtivos existentes na Região Intermediária de Teófilo Otoni, com especificação de sua localização georreferenciada, da situação de produção de água (ativo ou inativo), da situação de outorga – volume outorgado e outras informações relevantes –, e quantos e quais estão conectados a reservatórios suspensos.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2019.

Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº 5.887/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, e atendendo ao requerimento de Comissão nº 7.020/2020, de autoria deste deputado, aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios de distribuição de equipamentos às delegacias de Polícia Civil para aplicação de provas de legislação no âmbito do processo de formação de condutores de veículos, levando-se em conta que, segundo ofício do presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Monte Carmelo, a delegacia local não recebeu os computadores necessários à aplicação das provas de legislação em formato *on line* e, por essa razão, elas passariam a ser realizadas no Município de Patrocínio, impondo aos candidatos um deslocamento de 170 km, considerando-se o percurso de ida e volta.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.424/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/09/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para propiciar a oferta do atendimento 24 horas na Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher do Município de Montes Claros, sem qualquer forma de interrupção, bem como promover o retorno da unidade para a região central da cidade, assegurando-se equipe técnica multidisciplinar suficiente para o atendimento.

Por oportuno, informa que a 5ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a privatização da Copasa-MG e suas consequências sob a ótica do direito humano à água bem como a vida dos povos inseridos em territórios ameaçados pela falta d’água em decorrência das privatizações e dos grandes empreendimentos, tais como a possível implementação da Usina Hidrelétrica de Formoso.

Sala das Reuniões, 30 de setembro de 2020.

Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.547/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Bartô requer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de informações sobre as negociações para a compra de vacinas com o laboratório AstraZeneca, tendo em vista as notícias de suspensão por 22 países europeus da utilização de vacinas produzidas por este laboratório, diante de relatos de formação de coágulos sanguíneos e morte súbita em pessoas que receberam o imunizante.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 12/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 7.637/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada e o deputado que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais e ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações para que seja informado o número total de professores efetivos que atualmente enquadram-se no regime de trabalho de tempo parcial, com 20 horas semanais. Requer também que seja informado em quais unidades estão lotados e suas respectivas cidades.

Sala das Reuniões, 1º de abril de 2021.

Betão, vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT) – Leninha, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.679/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações acerca da situação do setor de turismo e dos circuitos e destinos turísticos do Estado, as ações tomadas para compensar e/ou mitigar os efeitos da Pandemia sobre os circuitos turísticos, os empreendedores de pequeno e médio, e os profissionais e trabalhadores do setor, os programas desenvolvidos e os recursos recebidos e aqueles investidos, e a se investir, direta ou indiretamente, no Setor.

Sala das Reuniões, 8 de abril de 2021.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

REQUERIMENTO Nº 7.699/2.021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Ana Paula Siqueira requer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o projeto do Governo do Estado que prevê a criação de unidades regionais de saneamento básico em Minas Gerais e que está sob a coordenação dessa pasta, especificamente sobre o passo a passo e os estudos já realizados para viabilizar a criação e a estruturação dessas unidades.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 12/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 7.742/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que sejam nomeados investigadores para o Município de Araçuaí, diante das denúncias de violação dos direitos nos processos de investigação de pessoas desaparecidas, devido à ausência de investigadores, como nos casos de desaparecimento de Bruna Silva e seu filho Arthur Tavares, em 21 de dezembro de 2019, e Ana Silva Cruz e sua filha Emanuelle Luiz Silva, em 17 de agosto de 2020.

Sala das Reuniões, 20 de abril de 2021.

Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.812/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Concessionária Eco135 e à Secretária de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja revista a decisão que permitiu o reajuste tarifário dos pedágios existentes ao longo da BR-135, pois ainda vivenciamos a pandemia de Covid-19, a qual motivou o adiamento do aumento anteriormente pretendido.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.827/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde e ao Ministro da Saúde pedido de providências para que seja antecipada a vacinação contra a covid19 das pessoas com deficiência entre os grupos prioritários.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

Justificação: O Plano Nacional de Operacionalização da vacinação contra a Covid19 dispôs que o “planejamento da vacinação nacional é orientado com fulcro na Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – e Lei nº 6.360/1976 e normas sanitárias brasileiras, conforme RDC nº 55/2010, RDC 348/2020 e RDC nº 415/2020 que atribui a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – a avaliação de registros e licenciamento das vacinas”. Por outro lado, o Plano Nacional de Imunização – PNI – prevê que as pessoas com deficiência permanente são o décimo quinto grupo prioritário para a vacinação contra a Covid19. Contudo, o Conselho Nacional de Saúde – CNS – defendeu a inclusão de pessoas com deficiência entre os prioritários na vacinação contra a Covid-19 em debate realizado no dia 12/04/2021, em audiência pública na Câmara dos Deputados promovida pela Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Naquela oportunidade a conselheira nacional de saúde pela Amigos Múltiplos pela Esclerose – Ame –, Vitória Bernardes, alertou que no Brasil não estão disponíveis dados que identifiquem o número de pessoas com deficiência contaminadas por Covid-19 ou mesmo o número de óbitos pela doença desse grupo. Mas alertou que, na Inglaterra, 60% dos que

morreram de Covid-19 eram pessoas com deficiência. Importante destacar que o Plano Nacional de Imunização – PNI – determina que as pessoas com deficiência serão vacinadas somente após o grupo de comorbidades, que começa a ser vacinado após a conclusão dos idosos (maiores de 60 anos). A exceção seriam as pessoas com Síndrome de Down, que foram incluídas entre os portadores de comorbidades. Pelo exposto, julgo ser necessária a antecipação da imunização de todas as pessoas com deficiência, visto as dificuldades que esse grupo encontra para adotar as medidas de prevenção ao contágio pela Covid19. Encerro enfatizando que a defesa dos direitos das pessoas com deficiência sempre foi um dos pilares de minha atuação parlamentar. Fui o autor do requerimento que deu origem à criação dessa Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e tive a honra de ser o seu primeiro presidente.

REQUERIMENTO Nº 7.829/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização da Escola Estadual Deputado João De Almeida, localizada no Município de Pedra Azul, considerando-se a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.831/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não que ocorra processo de municipalização na Escola Estadual Dr. Afonso Pena Júnior, fundada em 1922, na cidade de Sacramento, tendo em vista o abaixo-assinado realizado pela comunidade escolar, que contou com mais de 1.500 assinaturas contrárias ao processo de municipalização, o que demonstra a extrema importância da referida unidade escolar.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.832/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja autorizado e ofertado o teste sanguíneo de Covid 19 para o conjunto dos servidores públicos do Estado vinculados a esse instituto, uma vez que essa medida constitui uma estratégia preventiva e econômica para o diagnóstico da referida doença.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 7.833/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação – Smed –, em Betim, pedido de providências para que sejam nomeados os candidatos aprovados no concurso público constante do Edital de Abertura nº 001/2019, homologado em 23/12/2020, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos nessa secretaria.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.834/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – pedido de providências para que seja autorizada a concessão de isenção do ICMS, pelo Estado, sobre o Zolgensma, medicamento utilizado para o tratamento da atrofia muscular espinhal – AME –, doença grave, rara e degenerativa que é, sem o devido tratamento, uma das principais causas de mortalidade infantil até os 2 anos de idade, ressaltando-se que tal medicamento é o mais caro do mundo e o Confaz já autorizou diversos estados a conceder a isenção que se pleiteia.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 7.835/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja ampliado o número de leitos para o atendimento das demandas da população do Município de Mutum, de tal forma que os pacientes acometidos de covid-19 possam ser atendidos em espaços definidos para a finalidade específica e os pacientes com outras enfermidades tenham também seu espaço em percentuais compatíveis, bem como para que seja garantido, quando necessário, o encaminhamento de pacientes para hospitais de outros municípios com melhores condições e para que seja divulgada periodicamente a listagem com a demanda por leitos da região Norte da Zona da Mata.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

Justificação: A solicitação de ampliação do número de leitos para atendimento às demandas da população da cidade de Mutum foi encaminhada ao nosso Gabinete Parlamentar pela vereadora Sra. Malvina Quintão (1ª Secretária da Mesa). Ela manifesta preocupação, diante da gravidade da situação com o elevado número de pacientes contaminados pela Covid-19, colocando em colapso o sistema de saúde de cidade. Por consequência dessa situação, relata a vereadora que, outras demandas por leitos de internação na cidade, não estão sendo atendidas devido ao agravamento da pandemia em Mutum.

REQUERIMENTO Nº 7.836/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Noraldino Júnior aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretária Municipal de Saúde de Juiz de Fora pedido de informações sobre os critérios objetivos de vacinação contra a Covid-19 dos profissionais médicos veterinários no município.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, Presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

Justificação: Alguns profissionais da saúde, em específico da categoria dos médicos veterinários, relataram dificuldades para serem vacinados contra a Covid-19 na campanha de imunização realizada nos dias 24 e 25 de março de 2021, razão pela qual viemos solicitar esclarecimentos sobre quais são os critérios objetivos autorizadores da vacinação na cidade nessa campanha e a justificativa do não enquadramento nos grupos prioritários de imunização.

REQUERIMENTO Nº 7.837/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se verifique a possibilidade de expansão do atendimento do Samu e da disponibilização de unidades de suporte avançado para o Município de Três Marias, considerando-se a necessidade de atendimento imediato da população dessa localidade, especialmente para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

Justificação: Segundo informações de moradores de Três Marias, aquele município tem enfrentado dificuldades para o transporte de seus pacientes que dependem de atendimento de Samu. O município não possui UTI e seus pacientes em estado grave são transferidos para Curvelo ou Sete Lagoas, sendo submetidos ainda ao risco de tráfego da Rodovia BR-040. Por essas razões, pedimos apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 7.838/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que inclua os profissionais da limpeza pública e os carteiros no grupo prioritário para receber a vacina contra a covid-19, uma vez que essas categorias desempenham atividades essenciais e seus trabalhadores não pararam de trabalhar presencialmente durante toda pandemia, tendo contato não só com ambientes públicos mas também com outras pessoas constantemente.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 7.839/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/04/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde em Belo Horizonte pedido de providências para que interrompa o processo de desmantelamento da Maternidade Leonina Leonor, em Venda Nova, e atue com o Conselho Municipal de Saúde para decidir qual será o destino desse aparelho público, mantendo como prioridade a oferta de atendimento humanizado às mulheres.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Vítor Xavier, Presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 7.840/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação – SMED – de Contagem pedido de providências para que seja dada continuidade ao processo de chamamento e contratação dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado do Edital PMC nº 04/2020 para essa secretaria, tendo em vista a existência de cargos vagos ainda pendentes de preenchimento na rede municipal de ensino.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, Presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.841/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para seja apresentado cronograma detalhado com o planejamento das nomeações dos candidatos/as aprovados/as no concurso de que trata o Edital SEE 07/2017, em vigor, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos na rede estadual pública de ensino.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.842/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a Secretaria de Estado de Educação reveja a utilização da plataforma Google Classroom pelos estudantes da rede estadual de educação, visto que ela já apresenta problemas de conectividade, conforme relatos feitos pelos alunos, pais e responsáveis, nas redes sociais da SEE, bem como para que o governo de Minas faça um programa de testes digitais antes de qualquer lançamento de novos *sites* ou aplicativos e que tal programa seja testado pelo público-alvo e o resultado de efetividade seja publicado no *site* oficial do governo (www.governo.mg.gov.br), e para

que seja criada uma central de atendimento para solucionar e registrar os problemas envolvendo o acesso digital pelos estudantes e suas famílias.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Nos últimos processos seletivos e cadastros feitos pelo Governo de Minas Gerais, houve falhas, erros de carregamento e prejuízos sérios aos concorrentes no caso dos designados que inclusive, se candidataram a vagas inexistentes. No caso desse último anúncio, alunos estão aguardando para iniciarem o ano escolar de 2021. Por isso, se faz necessário que o Governo de Minas invista no processo digital, seja por meio da parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), ou com alguma startaup conveniada, com o objetivo de avançar nesse setor, facilitando o cadastro, principalmente em áreas como a educação, que demandam cuidado e requerem um alto volume de acessos em todo o Estado.

REQUERIMENTO Nº 7.843/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revisado o Memorando Circular nº 2/2021, publicado por essa pasta, uma vez que houve uma readequação no processo e no chamamento dos profissionais da educação inclusiva no Estado, para atender ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19, mas que, na prática, a falta de clareza no texto faz com que haja brecha para a não contratação da quantidade necessária de profissionais de apoio, visto que, no texto do documento, publicado em 4 de março, há a previsão de chamamento de 10 profissionais para até 24 alunos, número bem abaixo do esperado, pois cada aluno pode estar em salas diferentes, necessitando de atenção especial para assimilação do conteúdo, e requer também que seja publicado novo memorando, garantindo o atendimento dos estudantes, de acordo com as condições estabelecidas no art. 27 da Resolução nº 4.256, de 2021, publicado pela própria SEE, onde fica claro que o professor só pode atender a três estudantes na mesma turma.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.844/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a Secretaria de Estado de Educação revogue, imediatamente, a decisão de fechamento da Escola Estadual Estevão de Oliveira, na cidade de Juiz de Fora, uma vez que ocorre de maneira arbitrária e unilateral, sem qualquer prévia discussão com a direção escolar, com os professores, demais servidores e com a comunidade escolar, que serão diretamente afetados com essa decisão, e promova, através da Superintendência Regional de Ensino, reunião com toda a comunidade, mesmo que remotamente, para apresentar as devidas explicações que orientaram essa decisão.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Na atual situação de crise sanitária, quando mais necessitamos da sensibilidade do poder público para produzir políticas que possam amenizar os impactos e efeitos devastadores da pandemia da Covid-19, o governo anuncia o fechamento de mais uma escola. Seu fechamento trará insegurança e incertezas aos profissionais concursados lotados nesta unidade, desempregará os profissionais designados e deixará ainda mais vulneráveis os estudantes desta escola.

REQUERIMENTO Nº 7.845/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam nomeados e empossados os candidatos aprovados no concurso previsto no Edital nº 7/2017, para o cargo de professor de educação básica de Sociologia, na regional de Leopoldina, no Município de Cataguases.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O edital do concurso da Secretaria Estadual de Educação nº 07/2017 foi anunciado para o cargo de professor de educação básica – PEB – Sociologia, com o número de quatro vagas para a Regional de Leopoldina, no Município de Cataguases. De acordo com a lista divulgada pela SEE, foram aprovados 10 candidatos. Das quatro vagas anunciadas, os dois primeiros classificados foram empossados em seus respectivos cargos. O 3º candidato aprovado não compareceu para assumir o cargo. Assim, ficaram por serem nomeados outros dois candidatos aprovados, para cumprir na plenitude as vagas anunciadas pelo edital do concurso.

REQUERIMENTO Nº 7.846/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que disponibilize os recursos necessários para a realização de obras emergenciais de recuperação da Escola Estadual Emília Esteves Marques, localizada no Município de Carangola, bem os equipamentos e materiais didáticos necessários para o funcionamento da escola, tendo em vista os grandes estragos provocados pelas chuvas que atingiram o município no dia 19/2/2021.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.847/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra processo de municipalização da Escola Estadual Sinhana Borges, localizada na cidade de Sacramento, tendo em vista a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.848/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, em Betim, pedido de providências para seja tornado sem efeito o processo de Chamamento Público nº 001/2021, em vigor, que trata do processo de oferta e contratação de serviços da rede municipal de ensino por intermédio de contrato de gestão a partir do credenciamento de organizações sociais para a prestação de serviços de operacionalização, gerenciamento, execução e apoio escolar às instituições de ensino municipais.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A Prefeitura do Município de Betim, por meio da Secretaria Municipal de Educação, está promovendo o Chamamento Público nº 001/2021 com vistas a credenciar organizações sociais para contratação de 702 (setecentos e dois) profissionais para a rede de ensino local. A finalidade do processo visa a celebração de contratos de gestão com as organizações sociais para prestação de serviços de operacionalização, gerenciamento, execução e apoio escolar junto às instituições de ensino municipais. Ocorre que, ao analisar o aludido chamamento público, constata-se que as regras de contratação não observam os pressupostos constitucionais condizentes à política pública educacional. Isto porque, deixa a cargo da própria organização social a execução e controle da administração educacional municipal, inclusive, no tocante ao fornecimento de equipamentos, mão de obra e insumos necessários ao pleno funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, da Biblioteca Pública, do Centro de Referência e Apoio a Educação Inclusiva (CRAEI) e das próprias unidades escolares. Tal medida no modelo de gestão que está sendo proposto transfere totalmente a prestação direta dos serviços de ensino de 73 escolas municipais de educação fundamental e 36 centros municipais infantis. Inclusive, com cessão de equipamentos públicos e repasse de verbas. Ainda, o Chamamento nº 001/2021 também prevê a contratação de 2324 (dois mil trezentos e vinte e quatro) profissionais da educação sob o regime da CLT, sendo 702 (setecentos e dois) apenas para o serviço de magistério, em manifesta afronta ao art. 37, II, da Constituição Federal que determina o ingresso no serviço público por meio de aprovação prévia em concurso de provas e títulos. Ainda, o contrato de gestão visa a implementação do “Programa Municipal Educação para o Futuro”, instituído pelo Decreto Municipal nº 24.256/2021, o que já indica a total transferência da gestão do ensino público para a instituição privada, contrariando os preceitos constitucionais concernentes ao desenvolvimento da educação pública nacional e a verdadeira privatização da educação básica no Município.

REQUERIMENTO Nº 7.851/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental das Escolas Estaduais Joelma Alves de Oliveira e José Amâncio dos Santos, ambas localizadas no Município de Igarapé, tendo em vista a importância das referidas escolas e a ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.852/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a retomada dos cursos de graduação em farmácia e odontologia no Município de Ouro Fino, com a instalação de um câmpus avançado da Universidade Federal de Alfenas – Unifal –, conforme a Moção de Apelo nº 011/2021, aprovada em 19 de abril de 2021 pela Câmara Municipal de Alfenas, tendo em vista que a expansão dessa universidade poderá trazer inúmeros benefícios ao referido município, à região Sul de Minas e ao interior do Estado de São Paulo.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.853/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para seja dada continuidade ao processamento dos pedidos de aposentadoria dos servidores da educação básica do com a incorporação do abono de que trata o art. 8º da Lei nº 21.710, de 2015, nos proventos para todos os fins de direito.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 12/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Erivelton Rodrigues Júnior, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando José Luiz do Carmo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Administração Pública;

exonerando Valdeir Almeida Santos, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

nomeando Aliny Tavares Pimenta, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

nomeando Erivelton Rodrigues Júnior, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Galileu de Oliveira Muniz, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Administração Pública;

nomeando Isabel Prudente Lemes, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Rosângela de Oliveira Campos Reis, Matrícula nº 15.260/9, no período de 25 de abril a 4 de maio de 2021.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.